Capítulo 11

Da decisão de partilha à independência

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Da decisão de partilha à independência. pp. 459-527. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 11

DA DECISÃO DE PARTILHA À INDEPENDÊNCIA

O cidadão judeu trazia o Estado no coração antes mesmo de ser declarado o seu estabelecimento .

Zeev Sharef

Cruzemos novamente o Atlântico, para nos determos agora em Lake Success (Estado de New York), então sede das Nações Unidas. Predominava ali um ambiente de natural expectativa mas também de dúvida. García-Granados, antes de oficialmente abertos os trabalhos da Segunda Sessão da Assembleia Geral, notou em muitos delegados (europeus, asiáticos e principalmente latino-americanos) um desejo de não se envolverem no caso da Palestina, de não assumir responsabilidades e de não se definirem em relação a qualquer das soluções propostas.

A 25 de setembro – o ano é 1947 – foi realizada a votação para escolha do presidente da Assembleia Geral, figura-chave para os debates que ali se travariam. Foi eleito o delegado brasileiro Dr. Oswaldo Aranha. O candidato derrotado, Dr. Herbert Evatt, ministro do Exterior da Austrália, recebeu, como uma espécie de prêmio de consolação, a presidência do Comitê *Ad Hoc* para a Questão Palestinense¹ (constituído por todos os países-membros); para a vice-presidência foi indicado o príncipe S. S. Svasti, da Tailândia, e Thor Thors, da Islândia, foi designado relator. Ao

¹ É digno de nota que até mesmo a denominação do Comitê foi objeto de debates. Inicialmente fora sugerido “Comitê *Ad Hoc* para a Palestina”, mas por sugestão da China a palavra Palestina foi trocada por “Questão Palestinense”.

Comitê *Ad Hoc* foram atribuídos, para considerar e relatar, os seguintes quesitos: 1) Questão da Palestina; 2) Relatório da UNSCOP; 3) Cessação do mandato sobre a Palestina e reconhecimento de sua independência como um só Estado. Ficou também decidido que tanto a Agência Judaica quanto o Comitê Superior Árabe poderiam fazer-se representar perante o Comitê *Ad Hoc*.

O ponto de vista do governo britânico foi oficialmente exposto, logo no dia seguinte, pelo secretário das Colônias, Arthur Creech Jones (que acabara de chegar de Londres). Disse ele:

O governo de Sua Majestade está pronto a assumir a responsabilidade de executar qualquer plano para o qual seja conseguido um acordo entre árabes e judeus. Se a Assembleia vier a recomendar uma política que não seja aceitável aos judeus e árabes² o governo de Sua Majestade não se sentiria capaz de levá-la a cabo... O governo do Reino Unido não está disposto a empreender a tarefa de impor na Palestina uma política pela força das armas. Ao considerar qualquer proposta para participar na execução de um acordo, teria de levar em conta a justiça intrínseca do acordo bem como até que ponto seria necessário empregar a força para cumpri-lo... Na falta de um acordo teria de planejar uma breve retirada das forças britânicas e da administração britânica da Palestina.

Para uma compreensão melhor do alcance dessas declarações, julgamos oportuno o comentário de García-Granados: “Suas palavras me convenceram de que a Grã-Bretanha não cooperaria; pelo contrário, lendo entre as linhas, o que os britânicos querem é pôr a questão em termos tão impossíveis que solução alguma seria possível... Eu podia apenas concluir que os britânicos, ao imporem uma condição que sabiam impossível de ser cumprida, estavam começando a sabotar a recomendação majoritária de partilha”. E a propósito cabe também a análise dos motivos por trás da atitude britânica, feita pelo jornalista inglês Jon Kimche:

...está claro que nem Mr. Bevin, nem Mr. Creech Jones, nem seus peritos pensaram um instante sequer que as Nações Unidas seriam bem sucedidas em tomar conta do problema palestinese. Estavam convencidos de que a Assembleia Geral faria uma tentativa mas não conseguiria encontrar qualquer solução, e teria de devolver o

problema aos britânicos, o que deixaria os peritos do Foreign Office em posição muito mais firme, não só diante das críticas americanas mas também contra as hesitações do Gabinete Trabalhista, já agora sumamente ansioso por esquecer tudo a respeito da Palestina. Consequentemente, tinha a delegação britânica em Lake Success o cuidado de evitar dar qualquer passo que pudesse contribuir para uma solução.

A 29 de setembro falou, em nome do Comitê Superior Árabe, Jamal el-Husseini (primo do ex-mufti). Em seu discurso – com o qual, diz Kirk, os árabes “mais uma vez demonstraram sua falta de senso político construtivo ao se recusarem a oferecer a mínima concessão que pudesse ter influenciado a seu favor alguns dos muitos membros das Nações Unidas que de modo algum se achavam comprometidos com os sionistas” – rejeitou intransigentemente tanto o plano majoritário de partilha quanto o minoritário de federação. Advertiu que os árabes lutariam contra ambas as soluções, e nessa resistência encharcariam o solo até a última gota de seu sangue; em caso de partilha, as fronteiras que viessem a ser estabelecidas se transformariam em “muros de sangue e fogo”.

A atitude de absoluta intransigência do Comitê Superior foi secundada *in toto* pelos representantes dos países árabes, num desfile quase interminável de alocações violentas, agressivas, ameaçadoras; dia após dia repetiu-se que a partilha significava a guerra, exigindo-se uma Palestina unitária e árabe³. Um delegado egípcio chegou mesmo a acenar com a ameaça de distúrbios contra as comunidades judaicas nos países árabes caso fosse tomada uma decisão favorável aos judeus. Novidade mesmo, porém, só houve uma, proporcionada pelo delegado do Paquistão, Sir Zafrullah Khan (barbicha, olhos brilhantes, modo de falar frio e calmo), que em longo discurso (quatro horas de duração), proferido com impecável acento de Oxford, pôs em dúvida a competência das Nações Unidas para tomar decisões relativas a questões territoriais na Palestina, propondo fosse o caso submetido à Corte Internacional de Justiça.

² Kimche: “E então já estava bem claro que não o era.”

³ Informa Jon Kimche que as ameaças árabes eram “francamente encorajadas” por um elemento da delegação britânica.

Pelos judeus sionistas fizeram uso da palavra, já em outubro, o Dr. Abba Hillel Silver, o Dr. Chaim Weizmann⁴ e Moshe Shertok. O rabino Dr. Silver (presidente da Seção Americana da Agência Judaica) rejeitou o plano minoritário, mas quanto à partilha, embora representando “um sacrifício muito pesado”⁵ para o povo judeu, seria aceita, a contragosto. Comunicou ainda o Dr. Silver que, não estando disponíveis forças britânicas para manter a lei e a ordem durante o período de transição, os próprios judeus da Palestina se encarregariam de manter a segurança pública. Moshe Shertok (chefe do Departamento Político da Agência Judaica) afirmou: “Se as Nações Unidas levarem em consideração as ameaças de força árabes, os judeus não terão outra alternativa senão lutar por sua existência”⁶.

Vozes amigas do povo judeu – poucas, mas corajosas – também se fizeram ouvir nessa parte inicial dos trabalhos do Comitê *Ad Hoc* (a maioria estava ainda aguardando a atitude – ou seriam instruções? – que assumiriam os Estados Unidos e a URSS). Nosso já bem conhecido García-Granados proferiu exaltado libelo contra o ex-mufti e sua nefasta influência na política do Oriente Médio. Seu companheiro da UNSCOP, Fabregat, fez comovente descrição das crianças judias na Europa, acompanhando-a com “um doloroso apelo à consciência e sentimento do mundo”. Jan Masaryk (Tchecoslováquia), em discurso sucinto e vigoroso, abordou o lado trágico do destino judaico. E o delegado da Noruega relatou como os dirigentes de seu país haviam longamente ponderado sobre a grave questão da Palestina, com seu conflito trágico entre um e outro direito, um e outro ato de justiça, decidindo finalmente votar pela partilha, considerada a melhor solução possível nas presentes circunstâncias.

Dos dois grandes líderes de blocos antagônicos o primeiro a se manifestar foram os Estados Unidos, pela voz do chefe de sua delegação, o veterano diplomata Herschel V. Johnson⁷. Anunciou ele que, ressaltando

⁴ No dia em que falou o Dr. Weizmann o recinto em que se realizavam as audiências do Comitê *Ad Hoc* ficou superlotado. Segundo Horowitz, ele se dirigiu aos presentes numa “linguagem comedida, ponderada e responsável”, sem procurar efeitos teatrais, contrastando com o “clamor e nacionalismo estreito dos porta-vozes árabes”.

⁵ Criticou, por exemplo, o Dr. Silver a exclusão da Galileia Ocidental do Estado Judeu.

⁶ Outro argumento judaico: um recuo das Nações Unidas significaria “ceder a ameaças, como foi o caso na Abissínia, Espanha, e Manchúria durante a vida da Liga das Nações”.

⁷ Herschel V. Johnson a princípio não se mostrara inclinado a aceitar a tarefa de lidar com a questão palestinese, com a qual se achava pouco familiarizado, mas à medida que se ia

algumas poucas modificações, seu governo apoiava o plano de partilha. Numa alusão direta à atitude britânica, disse:

Muita coisa tem sido dita no decurso desses debates sobre a conveniência e necessidade de apresentar à Assembleia Geral um plano que consiga a concordância de ambos os principais protagonistas nesta situação... Nenhum tal plano foi jamais apresentado, e não creio que jamais venha a ser apresentado. Se temos de efetuar, através das Nações Unidas, uma solução desse problema, isso não poderá ser feito sem o uso da faca: partilha.

Observou o delegado-chefe americano que a responsabilidade pela Administração da Palestina continuava ainda com a Potência Mandatária durante o período de transição até a independência⁸, após a qual poderiam as Nações Unidas recrutar, na base do voluntariado, uma força policial para manter ordem interna nos novos Estados.

Mais ou menos assim definida a posição dos Estados Unidos, aumentou a expectativa pela atitude soviética. Entre os elementos da Agência Judaica que se encontravam em New York reinava um relativo otimismo (ou talvez fosse melhor dizer um misto de otimismo e cetismo), baseado no seguinte raciocínio: 1º) a partilha era a melhor maneira de se obter a retirada das forças britânicas da Palestina; 2º) um Estado árabe teria certamente características feudais e reacionárias; 3º) havia ainda a possibilidade da URSS querer demonstrar vontade de cooperar com outras potências ao menos numa questão que, para ela, tinha importância secundária. Foi aí que tiveram conhecimento de um fato que veio robustecer suas esperanças: tratava-se de uma opinião emitida pelo delegado soviético Andrei Y. Vichinsky, em reunião secreta do bloco eslavo; opondo-se à proposta federativa, defendida pelos iugoslavos, lembrou ele que os judeus haviam perdido 6.000.000 de almas na Segunda Guerra Mundial, e acrescentou: “Um oceano de sangue judeu foi derramado. Seus sofrimentos, bastante terríveis por muitas gerações,

aprofundando no assunto foi-se tornando cada vez mais favorável à causa sionista, chegando, não poucas vezes, a se manifestar contrariamente às simpatias do State Department.

⁸ Não obstante, prometeu Herschel Johnson auxílio financeiro e econômico americano durante o período de transição.

atingiram agora o auge e os judeus têm direito a um lar e a uma existência política independente”⁹.

Não seria preciso esperar muito para ver as esperanças sionistas confirmadas. A 13 de outubro foi lida, por Semyon K. Tsarapkin, uma declaração oficial tornando público que também a União Soviética, em princípio, apoiava a ideia de partilha; aduziu, porém, que “questões sérias como a da linha fronteira entre os dois Estados... e um certo número de outras questões mais ou menos importantes... exigem novo e profundo exame”.

Três dias depois Creech Jones voltava à tribuna, para declarar (em resposta a Herschel Johnson) que o governo britânico se recusava a aceitar qualquer responsabilidade, “quer só ou em papel principal”; e aproveitou a oportunidade para deplorar “rumores e asserções” sionistas de que o governo da Palestina estava encorajando uma irrupção de violência árabe, bem como para protestar contra a “conivência da alguns governos no fornecimento por suas nações de navios, armas e munições” para favorecer a imigração ilegal, “que influencia grandemente o sentimento do mundo árabe e põe em ação influências irresponsáveis que não podem ser facilmente controladas”.

A essa altura revelou o Dr. Evatt, presidente do Comitê *Ad Hoc* – e a cuja habilidade e energia muito se deve terem sido os trabalhos levados a bom termo – já ter diante de si, sobre a mesa, nada menos de dezessete diferentes projetos de resolução sobre o problema da Palestina. Conforme diz García-Granados, “era tempo de desfazer o nó górdio”. A 21 de outubro foram constituídos dois subcomitês¹⁰. O primeiro, incumbido de preparar um plano detalhado de partilha com base na proposta majoritária da UNSCOP, compunha-se de nove nações, todas então inequivocamente favoráveis à partilha: África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Guatemala,

⁹ Não deixa de ser um tanto estranha essa manifestação de humanitarismo – poderíamos quase dizer de sentimentalismo – por parte do antigo promotor nos famosos processos de expurgo de 1936, 1937 e 1938 em Moscou. David Horowitz – a quem devemos essa revelação – afirma, contudo, ter ficado convencido da sua veracidade.

¹⁰ A constituição de dois subcomitês foi considerada pelos sionistas e seus simpatizantes como uma derrota, pois preferiam um comitê único tendo como fim específico estudar os detalhes da partilha; logo depois, porém, revelar-se-ia bem vantajosa, porque assim foi possível constituir um subcomitê formado inteiramente por adeptos firmes da partilha, já que havia outro de opositores intransigentes.

Polônia, Tchecoslováquia, URSS Uruguai e Venezuela. O segundo subcomitê, que tinha por incumbência preparar um plano para um Estado unitário árabe (segundo propostas submetidas pela Arábia Saudita, Iraque e Síria) era formado pelos seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Colômbia, Egito, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Iêmen. E para uma derradeira tentativa de conciliação entre árabes e judeus foi ainda organizado um terceiro grupo, formado pelo presidente, vice-presidente e relator do Comitê *Ad Hoc* (respectivamente Evatt, príncipe Svasti e Thor Thors); seus esforços, porém, achavam-se de antemão condenados ao fracasso.

Na presidência do segundo subcomitê (o antipartilha) encontrava-se Gonzalez Fernandez, da Colômbia, que nos debates até então realizados se mostrara francamente hostil ao sionismo; alguns dias depois, entretanto, sentindo-se talvez um tanto deslocado, retirou-se do subcomitê, que se tornou assim um agrupamento inteiramente muçulmano. Não tinha esse subcomitê, evidentemente, muita coisa a discutir, e em pouco tempo preparou um esquema detalhado para um Estado árabe com uma minoria judaica.

Para a presidência do subcomitê de partilha foi eleito K. Pruszyński¹¹, da Polônia. A Grã-Bretanha, o Comitê Superior Árabe e a Agência Judaica foram convidados a enviar representantes para auxiliar nos trabalhos. Os britânicos mandaram um observador que, no dizer de García-Granados, “pouco mais fez além de observar”; o Comitê Superior Árabe não mandou ninguém, e pela Agência Judaica vieram, entre outros, Moshe Shertok e o Dr. Emanuel Neumann (membro americano do Executivo). Para facilitar sua tarefa o subcomitê se dividiu em grupos de trabalho: cinco membros ficaram incumbidos de estudar as questões relativas às fronteiras, à cidade de Jerusalém e de cidadania, enquanto os quatro restantes (Lester B. Pearson do Canadá¹², Tsarapkin, Johnson e García-Granados) tinham a seu cargo o espinhoso problema de como executar a partilha. As discussões, porém, foram generalizadas.

¹¹ Pruszyński era um aristocrata polonês que passara para a esquerda; escritor e jornalista, conhecia a Palestina (que já visitara algumas vezes), tendo escrito um livro – em que transparecia amizade e simpatia – sobre a colonização judaica naquele país.

¹² Lester B. Pearson (ex-embaixador nos EUA, futuro primeiro-ministro) era uma das mais ilustres figuras na Assembleia Geral das Nações Unidas e sua influência era considerável. Sua adesão ao agrupamento pró-partilha foi considerada decisiva.

Como ponto de partida para o debate sobre fronteiras foi tomado o mapa elaborado pela UNSCOP, mapa que havia sido qualificado por Sir Zafrullah Khan como “o mais louco e mais absurdo tapete jamais sugerido”. Uma cerrada argumentação por parte dos representantes judeus (argumentação essa baseada não só em fatores geográficos mas também demográficos, econômicos e principalmente históricos) possibilitou-lhes obter diversas melhorias nas fronteiras (em especial nas regiões de Samaria e do mar Morto), mas para fazer frente à má vontade do State Department, que queria a todo custo (entre outras coisas) excluir o Neguev do Estado Judeu, seria preciso – conforme veremos adiante – recorrer ao próprio presidente Truman¹³.

Com relação ao término do mandato, e consequente entrada em vigor da partilha, surgiram divergências entre os Estados Unidos e a URSS. Herschel Johnson insistia para que a Grã-Bretanha – durante um período de transição que poderia prolongar-se até 1º de julho de 1948 – continuasse responsável pela administração da Palestina, assistida por uma comissão de três nações, designada pela Assembleia Geral. Já o delegado soviético Tsarapkin queria que o mandato tivesse fim a 10 de janeiro de 1948, devendo a Grã-Bretanha retirar suas tropas até 30 de abril de 1948; propôs que para manter a lei e a ordem em seus respectivos Estados fossem formadas milícias árabe e judaica, supervisionadas por uma comissão designada pelo Conselho de Segurança, comissão essa que teria igualmente atribuições de delimitar as fronteiras e organizar eleições para conselhos governamentais provisórios. Muitas vezes foram os membros da Agência Judaica que então se encontravam em New York que serviram de intermediários entre as delegações americana e soviética e puderam, não raro, conciliar divergências que ameaçavam levar a um impasse sem perspectivas de solução. Registre-se que os esforços desses quase que improvisados “diplomatas” sionistas (chefiados por Shertok) – esforços dos quais dependia, inegavelmente, o futuro da coletividade judaica da Palestina – seriam coroados de pleno êxito, êxito esse atribuído por David Horowitz (um dos participantes dessas negociações informais) à absoluta franqueza e

¹³ Contrastando com a oposição americana, as reivindicações fronteiriças sionistas tinham geralmente apoio soviético. Diz Horowitz que os membros da delegação soviética demonstraram “intensa simpatia e compreensão dos nossos esforços e interesses”. E Shertok diria sobre isso: “O que aconteceu conosco com relação à União Soviética é um verdadeiro milagre.”

honestidade com que agiram perante as duas delegações antagônicas, não escondendo de uma o que haviam tratado com a outra (e vice-versa)¹⁴.

Voltemos, por breve instante, ao Oriente Médio, onde ocorreu a esse tempo uma extraordinária entrevista secreta: às margens do Jordão, na fronteira jordano-palestinese, o rei Abdullah recebeu, em audiência cercada do maior sigilo, uma representante da Agência Judaica, a Sra. Golda Meyerson¹⁵. Viera ela sondar o monarca sobre as perspectivas quanto à resolução de partilha então em discussão nas Nações Unidas. Disse nessa ocasião Abdullah que ele ocuparia a parte árabe da Palestina por não admitir ali o estabelecimento de outro Estado árabe, e que depois faria um tratado com o Estado Judeu; acrescentou que, a seu ver, não haveria dificuldades excepcionais pela frente, embota “tenhamos, ambos um inimigo comum que obstruirá nossos planos – o mufti”. Houvesse ou não sinceridade na promessa de Abdullah de anexar somente a parte árabe da Palestina e não fazer guerra aos judeus, o fato é que a mesma não seria cumprida (Abdullah, porém, não revelaria seu jogo antes de transcorridos alguns meses, deixando muitos líderes judeus na ilusão de que um acordo seria possível)¹⁶. Contudo, quanto a não permitir que fosse estabelecido um governo árabe na Palestina, já comunicara Abdullah tal intenção aos dirigentes dos outros países árabes, de nada adiantando todos os apelos feitos pelo secretário-geral da Liga Árabe, Azzam Pasha, para movê-lo. (A Inglaterra dera liberdade de ação quase completa a Abdullah, impondo-lhe Bevin apenas uma condição: aguardar que os britânicos se retirassem formalmente da Palestina.).

Outra vez em New York. Ali, a 10 de novembro, russos e americanos chegavam finalmente a acordo sobre um plano para executar a partilha. Representava esse plano uma espécie de meio-termo entre os pontos de vista até então defendidos pelas duas grandes potências, e consistia no

¹⁴ Relata Horowitz que muitas vezes os americanos lhes diziam: “Talvez vocês possam conversar sobre isso com seus amigos russos”, enquanto do lado oposto os soviéticos faziam-lhes observações como esta: “Quanto a isso vale a pena conseguirem o apoio de seus amigos americanos.”

¹⁵ Depois Golda Meir, ministro do Exterior de Israel.

¹⁶ Os principais chefes da Haganah, embora muito menos otimistas, ainda assim não acreditavam numa invasão da Palestina pelos exércitos regulares dos países árabes, admitindo apenas a possibilidade de ter de enfrentar os árabes palestinos e voluntários dos países vizinhos. O único líder que não mantinha ilusões a respeito era Ben-Gurion.

seguinte: a) a administração e as forças britânicas deveriam retirar-se da Palestina até 1º de maio de 1948, data em que findaria o mandato; b) Estados independentes árabe e judeu seriam estabelecidos o mais tarde até 10 de julho de 1948; c) a Assembleia escolheria (dentre os pequenos países pró-partilha) uma comissão de três a cinco membros, com poderes para supervisionar as milícias árabe e judaica e nomear, em cada um dos dois novos Estados, um Conselho Provisório de Governo incumbido de realizar eleições democráticas para assembleias constituintes, ficando tal comissão responsável perante o Conselho de Segurança.

Lembrando que era essa a primeira vez que os Estados Unidos faziam um acordo com a URSS nas Nações Unidas¹⁷, comenta David Horowitz: “Os americanos haviam feito um pesado sacrifício pondo-se ao lado da União Soviética e contra a Grã-Bretanha, sua aliada, enquanto a União Soviética fizera as mais amplas concessões, que iam muito além do âmbito de sua política em Lake Success”. De fato, os delegados soviéticos nos disseram: “Vocês não podem imaginar quanto fizemos por vocês nessas negociações”.

Esse surpreendente acordo americano-soviético deixou os ingleses momentaneamente estupefatos, pois o Foreign Office excluía inteiramente tal hipótese de suas cogitações¹⁸. Mas não se perturbariam por muito tempo, e já a 13 de novembro, à tarde, realizava-se, a pedido da Grã-Bretanha, uma sessão plenária especial do Comitê *Ad Hoc* para tomar conhecimento de uma declaração de Sir Alexander Cadogan. Comunicou ele, nessa ocasião, a decisão do governo britânico de não empreender qualquer espécie de ação que pudesse envolvê-lo no execução da partilha. Pôr em vigor a partilha, disse ele, significava forçá-la sobre os árabes, que a ela se opunham – consequentemente a Grã-Bretanha retiraria suas forças armadas da Palestina a 10 de agosto de 1948, reservando-se porém o direito de terminar a administração em qualquer data anterior que lhe aprouvesse; até então continuaria governando todas as áreas em que se encontrassem forças britânicas. E mais: a Grã-Bretanha se recusava a entregar qualquer parcela

de autoridade à proposta Comissão das Nações Unidas antes de entregue o mandato – só então o poder seria cedido, mas apenas à Comissão e tudo de uma vez, e não gradualmente aos conselhos provisórios a serem criados pela Comissão; a Grã-Bretanha não permitiria à Comissão recrutar milícias ou constituir governos em quaisquer áreas onde se encontrassem ainda tropas britânicas.

Herschel Johnson, decepcionado, declarou (certamente com diplomático excesso de delicadeza) que a anunciada política britânica não era “inteiramente prestimosa”. García-Granados, mais incisivo, dirigiu a Sir Alexander Cadogan a seguinte pergunta: “O Reino Unido, como bom membro das Nações Unidas, aceitará as recomendações da Assembleia Geral relativas à Palestina, se tais recomendações não o obrigarem a desempenhar um papel ativo – isto é, a pôr em vigor essas recomendações?” Cadogan, antes de responder, pediu alguns minutos para consultar seus assessores, e depois disse: “Estou autorizado a declarar que se a Assembleia aprovar, por maioria de dois terços, qualquer resolução, nem o governo de Sua Majestade nem as autoridades britânicas empreenderão qualquer ação contrária à mesma”. Já era alguma coisa, e diante disso o subcomitê de partilha prosseguiu em suas deliberações.

Continuava em pauta o problema das fronteiras e já se iniciara a segunda quinzena de novembro quando Weizmann soube – e isso, confessa em sua autobiografia, o deixou um tanto alarmado – que a delegação americana, no intuito de tornar a partilha mais apetecível aos árabes, advogava com insistência (conforme instruções categóricas do State Department) a exclusão, do Estado Judeu, de pelo menos a parte sul do Neguev, inclusive Akaba (única saída para o mar Vermelho)¹⁹. Após consultas urgentes com membros do Executivo da Agência Judaica, decidiu Weizmann ir a Washington²⁰ e expor o caso ao presidente Truman. A entrevista (em caráter privado e informal, segundo previamente acordado entre a Agência Judaica e a Casa Branca) realizou-se na quarta-feira, 19 de novembro, por volta do meio-dia, e diz Weizmann que Truman o recebeu “com a máxima cordialidade”. Com auxílio de um mapa (que Truman

¹⁷ Kimche: “... essa coligação singular de duas potências mundiais que pareciam divergir sobre tudo exceto a necessidade de se estabelecer um Estado Judeu na Palestina”.

¹⁸ Algum tempo atrás Harold Beeley perguntara a David Horowitz: “Por que vocês concordaram que a questão da Palestina fosse levada às Nações Unidas, onde só poderão conseguir uma decisão se os Estados Unidos e a União Soviética se puserem de acordo?”

¹⁹ Houve até insinuações de que os Estados Unidos se absteriam na votação se os sionistas continuassem a reivindicar Akaba.

²⁰ A viagem de New York a Washington foi feita de trem, pois Weizmann, enfermo, estava proibido de viajar de avião.

olhava atentamente) fez Weizmann uma descrição do Neguev, referiu-se às pesquisas relativas à água em realização no Instituto de Rehovoth (atual Instituto Weizmann), falou na importância que teria para os judeus o golfo de Akaba²¹, e apelou para que se houvesse mesmo necessidade de dividir o Neguev fosse essa divisão efetuada em sentido vertical e não horizontal (como se cogitava na delegação americana). Ao findar a entrevista prometeu Truman comunicar-se logo com a delegação de seu país em Lake Success.

Truman manteve a palavra. Naquele mesmo dia, pouco depois das 15 horas, iniciava Herschel Johnson uma conversa com Moshe Shertok para comunicar-lhe a “decisão final” do governo americano com relação ao Neguev – exclusão do Estado Judeu – quando vieram avisá-lo que o chamavam ao telefone. Johnson, todavia, não queria interromper a conversa, o que levou um de seus ajudantes a aproximar-se dele e cochichar-lhe três palavras: “O presidente, senhor”. Johnson levantou-se rapidamente e entrou na cabine telefônica, onde permaneceu uns vinte minutos. Ao sair, conferenciou ligeiramente com outros membros de sua delegação e depois se aproximou de Shertok (ansioso e agitado, esperando o pior), dizendo-lhe: “O que eu queria realmente dizer-lhe, Sr. Shertok, era que nessa questão não há nada de novo”. O que Truman dissera a Herschel Johnson foi, em resumo, o seguinte: que ele considerava razoável a proposta de se manter Akaba no Estado Judeu, e que a delegação americana deveria agir nesse sentido²².

Com relação a Jerusalém, entretanto, não foram Shertok e seus companheiros tão felizes. Desejavam eles, quando muito, uma partilha da cidade, mas contra isso fez-se sentir forte pressão do Vaticano (por cuja opinião se orientavam várias delegações latino-americanas). Os Estados Unidos mostraram-se francamente favoráveis à internacionalização (Herschel Johnson declarou almejar que Jerusalém, internacionalizada, se tornasse um centro de fraternidade e cooperação naquela zona conturbada, um pórtico de paz e reconciliação); o Canadá, após alguma hesitação, *idem*. Significativa, e sintomática, foi a atitude dos delegados holandeses:

convidaram Shertok, Eban e Horowitz para uma conversa informal, relatando-lhes os obstáculos que haviam enfrentado antes que pudessem manifestar-se a favor da partilha, e advertiram que se os sionistas persistissem obstinadamente em não aceitar a internacionalização de Jerusalém poderia a Holanda se ver compelida a retirar seu apoio à partilha do país. Bélgica e França, por sua vez, pendiam para uma consulta à Corte Internacional de Haia. Consequentemente, inclinando-se ante o inevitável, viram-se os sionistas obrigados a afrouxar sua resistência à internacionalização.

A 19 de novembro o subcomitê de partilha deu por terminados seus trabalhos, aprovando por unanimidade um relatório a ser encaminhado, sob forma de resolução, ao Comitê *Ad Hoc* (a este – se o aprovasse por maioria simples – caberia então transmiti-lo à Assembleia Geral, onde seria necessária, para aprovação, uma maioria de dois terços). Desse relatório temos a destacar, como novidade, a solução proposta para o espinhoso problema da imigração judaica durante o período de transição: evacuação pelos britânicos de um porto e seu *hinterland* até 10 de fevereiro, para que por ali se processasse, a partir dessa data, a entrada de imigrantes judeus. Tal solução fora sugerida pelo Dr. Emanuel Neumann (da Agência Judaica) e aceita pelo subcomitê, não obstante objeções levantadas pelo observador britânico.

Dias depois, a 24 de novembro, após haver o Dr. Evatt comunicado que a tentativa de seu pequeno grupo (vide supra) para conciliar judeus e árabes fracassara, tiveram início as votações no Comitê *Ad Hoc*. A primeira proposta submetida a votos foi a do Subcomitê nº 2, proposta patrocinada pelos países árabes e visando criar na Palestina um Estado unitário – foi rejeitada por ampla maioria: 29 a 12. Estava assim superado o primeiro obstáculo. Logo depois, porém, esteve a questão da Palestina seriamente ameaçada de adiamento por tempo indeterminado ao ser posta em votação uma proposta para submeter o problema, antes de qualquer decisão, à Corte Internacional de Justiça em Haia, para que opinasse a respeito; essa moção, apoiada por países que esperavam desse modo não ter de se definir, seria também rejeitada, mas apenas por um voto de diferença.

No dia seguinte foi votado o plano de partilha. Resultado da votação: 25 a favor, 13 contra (países muçulmanos, asiáticos e Cuba), 17

²¹ Weizmann previu com exatidão, para futuro próximo, o fechamento, pelos egípcios, do canal de Suez aos navios do Estado Judeu.

²² Diz Horowitz: “Suspiramos aliviados. Weizmann fora bem sucedido. O Neguev estava salvo.”

abstenções²³ e 2 ausências (Filipinas e Paraguai). O Comitê *Ad Hoc* havia portanto aceito a partilha, recomendando-a à Assembleia Geral. Mas as perspectivas de obter ali os dois terços de votos afirmativos necessários não eram das mais animadoras, considerado o elevado número de abstenções²⁴.

26 de novembro – a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a presidência do Dr. Oswaldo Aranha, dá início às suas deliberações sobre o plano de partilha. As galerias, segundo informava um correspondente do *Manchester Guardian*, achavam-se repletas de judeus nova-iorquinos.

O delegado inglês Cadogan explicitamente reiterou (dizendo fazê-lo de acordo com instruções do seu governo) que nem tropas nem administração britânicas poderiam ser usadas para executar na Palestina decisões que não fossem aceitas pelos dois lados, o que levou Herschel Johnson a lamentar estivesse a Grã-Bretanha impondo para sua cooperação uma “condição impossível”. O delegado da Grécia anunciou que votaria contra a partilha. Logo em seguida discursou o general Carlos P. Romulo, das Filipinas, manifestando-se igualmente contrário à partilha. O delegado sueco fez longas considerações contra a partilha, mas acabou declarando que votaria a favor. Também a favor declararam-se Holanda, Nova Zelândia e Bélgica. Mas o delegado do Haiti, que na véspera (semelhantemente à Bélgica, Holanda e Nova Zelândia) também se abstivera, declarou-se contra. Pânico nas hostes sionistas, euforia e sorrisos de satisfação entre os árabes; Harold Beeley, eminência parda da política inglesa para a Palestina, radiante de alegria. A essa altura dos acontecimentos os líderes sionistas chegaram a conclusão de que sua única esperança era um adiamento da votação. Tornava-se imprescindível ganhar tempo. O dia seguinte seria feriado (Dia de Ação de Graças), não haveria sessão, e poder-se-ia ainda tentar influenciar algumas delegações. Enquanto isso delegados pró-sionistas prolongavam intencionalmente seus discursos. Às 17 horas o Dr. Oswaldo Aranha encerrou a sessão sem que a matéria tivesse entrado em votação; havia ainda diversos oradores inscritos.

²³ Abstiveram-se: Argentina, Bélgica, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Haiti, Holanda, Honduras, Iugoslávia, Libéria, Luxemburgo, México e Nova Zelândia. Dessas abstenções constituíram surpresa as da Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo e Nova Zelândia, que se esperava votassem favoravelmente.

²⁴ Alguns dos países que se abstiveram de votar no Comitê *Ad Hoc* prometeram, contudo, apoiar a partilha na Assembleia Geral.

Cabe aqui destacar a relevância que tinham as convicções e sentimentos pessoais do presidente da Assembleia Geral. Conforme já dissemos, devido à posição estratégica que ocupava, era indubitavelmente a figura-chave dos trabalhos. E havia mais: sendo brasileiro, era da maior importância que encarasse o sionismo com simpatia, para que pudesse contrabalançar o antagonismo de algumas delegações latino-americanas, propensas a se deixar levar por cantos de sereia árabes. E agora, um detalhe curioso. Sionistas brasileiros haviam tido conhecimento de que a família Aranha descendia de marranos, aqueles judeus ibéricos do início dos tempos modernos que para escapar às fogueiras da Inquisição se haviam exteriormente convertido ao cristianismo. Diante disso uma delegação sionista brasileira se animou a procurar a mãe do Dr. Oswaldo Aranha (conservava ela, guardados como valiosa relíquia de família, filactérios usados por seus antepassados), solicitando-lhe que persuadisse “seu ilustre filho” a fazer uso de sua influência pessoal e talentos parlamentares “para ajudar a realizar as esperanças milenares do povo atormentado cujo sangue ainda corria nas veias da família Aranha”. O apelo materno foi feito, e o Dr. Oswaldo Aranha – se é que precisava mesmo de tal estímulo – não se recusou a atendê-lo, ajudando, conforme palavras de um rabino americano, “a causa de Israel com sua habilidade discreta de grande parlamentar e devoção de amigo sincero”.

O feriado de *Thanksgiving* foi dedicado principalmente à angariação de votos, à qual, segundo o subsecretário de Estado Sumner Welles, não teria estado alheio, por pressão de seus conselheiros partidários, o próprio presidente Truman, procurando obter dos países influenciáveis pelos Estados Unidos votos favoráveis à partilha²⁵. Além disso, melhoravam ligeiramente as perspectivas sionistas também por outros motivos: o general Romulo deixara a chefia da delegação filipina, modificando-se em consequência a tendência da mesma; na Tailândia ocorrera uma revolução, ficando suspensa a autoridade do delegado siamês, que se retirou dos Estados Unidos (no Comitê *Ad Hoc* ele votara contra a partilha); e o chefe da delegação da Etiópia – a quem Shertok lembrou a hospitalidade demonstrada pela coletividade judaica palestinese ao imperador Haile Selassie (e isso não obstante os protestos e ameaças do cônsul italiano em

²⁵ O próprio Truman, porém, alguns dias depois, em conversa com García-Granados, negou tivesse havido qualquer pressão dos Estados Unidos. Diante do que se observou durante as votações, a negativa do presidente americano não deixa de ter plausibilidade.

Jerusalém) – embora alegando não poder hostilizar os árabes (e principalmente o Egito) votando pela partilha, prometeu abster-se.

No dia seguinte, 28 de novembro, voltou a reunir-se a Assembleia Geral. Não será difícil imaginar a emoção e o nervosismo de que se achavam então tomados quase todos os dois milhões de judeus novaiorquinos. Diz Horowitz: “A New York judaica fervilhava, atingindo o ponto de ebulição. Dezenas de milhares de habitantes judeus permaneciam grudados aos seus aparelhos de rádio”. Mas não era ainda chegado o momento da decisão. E isso devido a uma inesperada atitude da França, cujo delegado, Alexandre Parodi, propôs (possivelmente com o intuito de impressionar os milhões de súditos muçulmanos na África) mais um adiamento, por 24 horas, para possibilitar um acordo de última hora. A proposta (obviamente inócua) foi, não obstante oposição dos Estados Unidos e URSS, aprovada por 25 votos contra 15. Não teria, é claro, qualquer resultado prático.

Nesse mesmo dia Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe, voltou a fazer declarações ameaçadoras: a partilha tornaria inevitável a guerra no Oriente Médio, e os árabes palestinos receberiam dos países árabes toda assistência material e moral. Concluiu dizendo: “Esta será uma guerra de aniquilamento e pavoroso morticínio, lembrando as matanças mongólicas e as Cruzadas”.

Sábado, 29 de novembro. Muitas famílias judaicas, por decisão espontânea, mantendo um dia de jejum. Diante do edifício das Nações Unidas uma imensa fila para adquirir ingressos. Em pouco tempo o enorme salão da Assembleia Geral ficou apinhado de gente até o máximo de sua capacidade. Na presidência o Dr. Oswaldo Aranha, ladeado por Trygve Lie, secretário-geral da ONU.

Aberta a sessão fizeram os árabes um derradeiro esforço para adiar a votação. A manobra foi executada por Camille Chamoun, do Líbano, que pediu a palavra para apresentar, disse ele, uma proposta nova – algo bastante vago, cheio de ressalvas, uma espécie de Estado federativo associado a uma fórmula de cantonização. Simples manobra dilatória, nada contendo de substancialmente novo, foi de imediato repelida por Herschel Johnson, secundado por Andrei Gromyko. Afirmou o delegado americano não oferecer a proposta libanesa qualquer base para acordo, não havendo pois necessidade de se perder tempo com ela, e solicitou que se passasse

logo à votação. O Dr. Oswaldo Aranha (após rápida troca de ideias, em voz baixa, com Trygve Lie) declarou-se de acordo com Johnson, e a moção de Chamoun foi posta de lado. Outras tentativas de retardamento, através de questões de ordem, também não surtiram efeito, graças à atitude enérgica do presidente da Assembleia Geral. Estava livre o caminho para uma decisão histórica.

Em ambiente de nervosismo permeado de emoção foi dado início à chamada para votação. Por ordem alfabética (na língua inglesa) iriam os países membros das Nações Unidas manifestar-se sobre a resolução de partilha.

O primeiro, por ordem de chamada, foi o Afeganistão; o voto desse montanhoso reino asiático, de população muçulmana, não oferecia qualquer margem a dúvidas: votou contra. A seguir, a Argentina: absteve-se. Logo após, em meio a grande expectativa, a Austrália – país-membro da Comunidade Britânica, nessa ocasião dissociou-se inteiramente da política inglesa, votando a favor da partilha. Essa atitude (quer-nos parecer que verdadeiramente inédita) seria igualmente seguida pelos outros três domínios britânicos: Canadá (cujo delegado Lester Pearson pode ser considerado o líder dessa “rebelião” na Comunidade), Nova Zelândia e África do Sul. A Bélgica votou a favor, como também o fariam os outros dois componentes do chamado Benelux: Holanda e Luxemburgo. Bolívia e Brasil ambos favoráveis à partilha. O voto seguinte, da Bielo-Rússia, era aguardado com certa ansiedade, pois serviria de indício à tendência geral no bloco eslavo – foi favorável, como também o seriam os dos outros países da órbita soviética (Ucrânia, Tchecoslováquia, Polônia) com exceção da Iugoslávia, que se absteve (sem dúvida em atenção à minoria muçulmana que habitava o país). O voto do Chile – abstenção – esteve em desacordo com as convicções de sua delegação. (Tendo recebido ordens expressas do presidente González Videla para abster-se – de nada valendo insistentes pedidos de reconsideração, feitos telegráfica e até telefonicamente – o principal delegado chileno demitiu-se em sinal de protesto.) A China também se absteve, e igualmente contra a vontade do chefe de sua delegação, Dr. T.V. Tsiang (este, porém, adversário ferrenho do sionismo)²⁶. Cuba repetiu o voto que dera no Comitê *Ad Hoc*, tendo sido o

²⁶ Não fora a intervenção do embaixador chinês em Washington, Dr. Wellington Koo, e a China teria votado “não”.

único país latino-americano a votar contra. A Dinamarca, bem como os demais países escandinavos (Noruega, Suécia e Islândia) votaram a favor. A abstenção da Etiópia (que vinha sofrendo forte pressão egípcia) deixou estarecidos, e furiosos, os delegados árabes. A primeira das grandes potências a ser chamada a se pronunciar foi a França; após o pedido de adiamento que fizera na véspera havia, entre os sionistas, algum receio quanto a ela, e assim o voto favorável proferido por Parodi foi recebido com uma verdadeira ovação. (Esse voto afirmativo foi consequência de uma intervenção do veterano líder socialista Léon Blum – agindo a pedido de Weizmann, seu amigo pessoal – junto ao presidente da República, Vincent Auriol, e ao primeiro-ministro, Paul Ramadier.) Já previsto (houvera aviso prévio) foi o voto contrário da Grécia. Com a Índia repetiu-se, de certo modo, o que havia ocorrido com o Chile e a China: cumprindo ordens de seu governo, votou contra, não obstante a simpatia demonstrada para com o sionismo por sua delegação (especialmente sua chefe, Sra. Lakshmi Pandit). A Tailândia, sem delegado, não respondeu à chamada. O voto favorável da URSS, após a manifestação dos seus satélites, já era esperado. Igualmente a favor manifestaram-se os Estados Unidos (graças principalmente ao presidente Truman). E a Grã-Bretanha – a grande derrotada, abandonada pelos países mais intimamente ligados a ela – se absteve. Em três minutos estava tudo terminado.

Oswaldo Aranha anunciou o resultado: 33 votos a favor e 13 contra, com 10 abstenções²⁷. Delírio e pandemônio no recinto. Homens em soluços se abraçando, mulheres quase histéricas de alegria. O delegado britânico de fisionomia cerrada e sombria, os árabes com os rostos lívidos de ódio. E Oswaldo Aranha, bem-humorado, batendo com seu martelo presidencial, pedindo um silêncio impossível...

Os jornalistas judeus que haviam assistido à votação da galeria de imprensa superlotada, foram aos corredores abraçar os dirigentes sionistas. E de repente alguém sugeriu: “Vamos ao East Side²⁸ comemorar”. Táxis foram chamados, e durante o trajeto de Flushing Meadow²⁹ ao centro de

²⁷ Os votos favoráveis ultrapassavam em 2 os dois terços necessários à aprovação (abstenções não consideradas). Dos 13 votos contrários 10 eram de países árabes e muçulmanos; metade das abstenções foram de repúblicas hispano-americanas.

²⁸ No East Side concentra-se a maior parte da população judaica de New York.

²⁹ Em Flushing Meadow (Estado de New York) reunia-se, de 1946 a 1949, a Assembleia Geral das Nações Unidas.

New York iam cantando todas as canções hebraicas e iídiches de que se lembravam. Recorda um repórter: “E comandando as vozes em nosso táxi estava o jornalista Zalman Rubashov, bem longe de desconfiar que um dia ele seria o presidente Shazar”³⁰.

Pela Resolução aprovada – que tomou o número 181 (II) e tinha por título “Futuro Governo da Palestina” – a Assembleia Geral decidiu: recomendar a adoção e execução do “plano de partilha com união econômica”³¹; solicitar ao Conselho de Segurança que considerasse como ameaça à paz qualquer tentativa visando modificar pela força o referido plano; e apelar “a todos os governos e todos os povos para que se abstenham de qualquer ação que possa dificultar ou atrasar a execução dessas recomendações”.

Previo o plano, para supervisionar a partilha, a instituição de uma comissão de representantes de cinco nações (à razão de um representante por nação), a serem “eleitos pela Assembleia Geral sobre uma base – geográfica ou outra – tão ampla quanto possível”. Passemos a palavra a García-Granados: “Eu estava curioso para ver como isso seria conseguido. Foi feito com magnífica simplicidade. Sem solicitar propostas, sem esperar que fossem sugeridos candidatos, o Dr. Aranha anunciou: ‘A Comissão para a Palestina será constituída de Bolívia, Tchecoslováquia, Dinamarca, Panamá e Filipinas. Alguma objeção?’ Aguardou vinte segundos. Seu martelo desceu sobre a mesa. ‘Não havendo objeções está aprovado’”. O tcheco Lisicky foi designado presidente da Comissão; os demais componentes: Raul Diaz de Medina (Bolívia), Per T. Federspiel (Dinamarca), Eduardo Morgan (Panamá) e Vincente Francisco (Filipinas)³².

Na Palestina judaica a emoção foi quase indescritível. A notícia da decisão das Nações Unidas chegou ali já após a meia-noite, mas poucos eram os que dormiam. Multidões alegres encheram as ruas, agitando bandeiras, cantando e dançando a *hora*³³. Nas sinagogas, superlotadas, soou

³⁰ Vide nota 53 do capítulo X.

³¹ O plano é extenso e minucioso: seria fastidioso entrar em detalhes, mormente por terem os árabes (com cumplicidade britânica) se incumbido de torná-lo sem efeito.

³² Esse grupo seria apelidado por seu presidente como os “cinco peregrinos solitários”. O próprio Lisicky foi qualificado por Horowitz como “o tcheco hesitante”, a quem “faltavam resolução e arrojo”.

³³ Dança de origem romena que se fixou na Palestina pouco depois da Primeira Guerra Mundial, tornando-se a dança nacional de Israel.

o *shofar*³⁴. Tão grande era o entusiasmo que até soldados e policiais britânicos se deixaram momentaneamente contagiar por ele associando-se às celebrações. Estas se prolongaram pela manhã seguinte (domingo), quando Ben-Gurion falou ao Yishuv:

Essa decisão representa uma grande vitória moral da própria concepção das Nações Unidas, a ideia de cooperação internacional pela causa da paz, justiça e igualdade no mundo. O povo judeu lembrará com gratidão os esforços das duas grandes Potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como os de muitos outros países que para isso contribuíram. A cooperação entre a América e a Rússia na solução do problema palestinese destina-se a ser um exemplo de encorajamento para todos aqueles que, juntamente com o povo judeu, acreditam na possibilidade de uma permanente cooperação entre o Oriente e o Ocidente e no estabelecimento de paz permanente no mundo.

A decisão das Nações Unidas impõe uma pesada responsabilidade à população judaica da Palestina e a todo o povo judeu. É, de fato, um desafio a todas as comunidades dispersas de Israel para que revelem a grande força, espiritual e material, necessária à edificação do Estado Judeu, à absorção de elevado número de imigrantes da Europa, do Oriente e de outras partes, ao desenvolvimento de nossas terras ainda não cultivadas, e à criação de uma sociedade judaica independente que exprimirá os grandes ideais dos profetas de Israel: fraternidade humana, justiça social e paz entre as nações. Mas em primeiro lugar lembremo-nos de nossos irmãos definhando em campos de detenção longe da pátria, em diásporas inimigas no Iêmen, Iraque e outros países do Oriente Médio. Não descansaremos até que possamos trazê-los cá para viver e trabalhar conosco. Hoje nos tornamos um povo livre.

Também em Chipre e nos campos de pessoas deslocadas da Europa houve naturais manifestações de júbilo.

Por outro lado, a reação árabe era perfeitamente previsível. Nos países árabes ocorreram distúrbios antissemitas (em alguns lugares também demonstrações antissoviéticas ou antiamericanas). sendo que só na cidade síria de Aleppo foram incendiadas 300 casas judaicas e 11 sinagogas. Em

³⁴ Trombeta de chifre, de significado religioso tradicional, comumente usada por ocasião das cerimônias de Ano Novo e do Dia da Expiação.

Aden (protetorado britânico!) 76 judeus foram oficialmente dados como mortos³⁵. As delegações árabes junto às Nações Unidas emitiram documento conjunto condenando a resolução de partilha como “duplamente inválida” – alegaram haver as Nações Unidas excedido sua autoridade sob a Carta e que a votação fora feita “sob grande pressão e coação”.

Na Palestina ataques esporádicos árabes contra judeus começaram logo a 30 de novembro. Os primeiros tiros foram dados em Jerusalém, sobre uma ambulância que se dirigia para o Hospital Hadassah no monte Scopus. Quase ao mesmo tempo cinco judeus foram mortos no interior de um ônibus por árabes postados nas proximidades do aeroporto de Lydda. Gradualmente foram os ataques árabes assumindo um aspecto mais organizado, estendendo-se por todo o país³⁶. O Comitê Superior Árabe (obediente às ordens do mufti, então em Damasco) qualificou a resolução de partilha como nula, anunciou que não cooperaria para sua execução e que exigiria do governo britânico a entrega imediata da Palestina ao povo árabe, convocando ainda uma greve geral de três dias (2 a 4 de dezembro).

Logo ao primeiro dia da greve desenrolaram-se em Jerusalém acontecimentos ao mesmo tempo graves e reveladores. Um bairro comercial judaico foi invadido por uma turba árabe – eram algumas centenas, armados de paus, pedras e algumas armas de fogo; incitados por agitadores, puseram-se a assaltar comerciantes judeus e a quebrar as vitrinas. Estimulados (e talvez surpreendidos) pela passividade da polícia, que até então se limitara a evacuar os judeus da área dos distúrbios e impedir que membros da Haganah intervissem contra os desordeiros³⁷, iniciaram estes então o saque dos estabelecimentos, incendiando-os depois. Enquanto isso soldados britânicos em carros blindados assistiam à cena tirando fotografias. Só quando já consumados os danos (40 lojas haviam sido destruídas) foi que as autoridades se mostraram um pouco mais ativas: os árabes foram postos para fora do centro comercial em chamuscas; os judeus, contudo, foram impedidos de salvar o que restava ou de extinguir o fogo

³⁵ Explicação de Kirk: as autoridades “havam sido tomadas de surpresa”.

³⁶ Também consulados, como os da Polônia e Suécia (ambos haviam votado a favor da partilha), foram atacados.

³⁷ Diz Kirk que na ocasião a política britânica era a de não permitir que a Haganah aparecesse abertamente como uma força armada. É bem significativo, porém, que algumas das armas da Haganah confiscadas pelos britânicos seriam pouco depois encontradas em mãos dos atacantes árabes.

que ainda lavrava, e 16 membros da Haganah foram presos por “porte ilegal de armas”. O próprio presidente britânico da Comissão Municipal de Jerusalém deixou registrado, por escrito, sua impressão de que os “jovens arruaceiros” árabes que haviam dado início aos distúrbios nessa cidade foram encorajados pela “apatia” da polícia britânica³⁸.

No dia seguinte (3 de dezembro) registraram-se ataques árabes nos arredores de Jaffa e Tel Aviv. Nesse mesmo dia o Dr. Husain al-Khalidi, secretário do Comitê Superior Árabe rejeitou um pedido do governo da Palestina para a suspensão da greve.

A 4 de dezembro os árabes, desrespeitando impunemente o toque de recolher imposto pelos britânicos, atacavam sinagogas na Cidade Velha de Jerusalém.

5 de dezembro – diante da situação de insegurança total a que se achavam sujeitos os judeus, e compreendendo a inutilidade de confiar no governo, a Agência Judaica e o Vaad Leumi decretam a mobilização no Yishuv, convocando todos os homens e mulheres entre as idades de 17 e 25 anos para “serviço nacional”. (A essa altura dos acontecimentos o Irgun já dera início, por conta própria, a atos terroristas de represália.).

A passividade das autoridades britânicas – que não obstante faziam questão de proclamar publicamente sua “neutralidade” – era, não há a menor dúvida, intencional, integrando-se, conforme diz Weizmann, em “um processo de sabotagem”. O objetivo era claro: nada fazer que facilitasse a aplicação das decisões das Nações Unidas; a obstrução se realizaria tanto no plano político quanto no militar. Era a “Operação Caos”, como foi apelidada, em plena execução (“mesmo se não havia a intenção específica de criar o caos”, diz Zeev Sharef, “nenhum esforço foi feito para evitá-lo, e ele se tornou fato”).

O governo americano, por sua vez, já começava a dar marcha à ré de sua posição pró-sionista na Assembleia Geral da ONU. O Departamento de Estado, logo aos primeiros dias de dezembro (ou mais precisamente no dia 5), anunciou a suspensão “por ora” do licenciamento para embarque de armas destinadas ao Oriente Médio. Com os países árabes abastecidos à

³⁸ Líderes sionistas acusaram as forças de segurança britânicas de não estarem fazendo o suficiente para proteger as vidas e as propriedades judaicas, e Kirk reconheceu que “estavam fazendo menos do que seu estrito dever”.

saciedade pela Grã-Bretanha, é óbvio que o embargo americano na prática funcionava apenas em detrimento dos judeus.

E as Nações Unidas? Estas, diz Dov Joseph, “tendo partilhado a Palestina no papel, voltaram-se para outros problemas”. Assim, a 8 de dezembro, pôde o primeiro-ministro do Iraque, Salih Jabr, calmamente e sem a menor cerimônia, anunciar que seu país interviria pelas armas na Palestina (e não estava blefando...).

Alguns dias depois (a 11 de dezembro) o secretário das Colônias, Creech Jones, informava ao Parlamento britânico que o Mandato terminaria a 15 de maio de 1948, mas que a evacuação das forças britânicas só ficaria concluída a 1º de agosto. Além disso mantinha-se o governo britânico firme em sua recusa de transferir, antes da data estipulada para término do mandato, qualquer parcela de autoridade à Comissão das Nações Unidas, cuja entrada na Palestina não seria permitida até pouco antes de findo o mandato: 1º de maio. Todavia, na própria Palestina, já a 15 de dezembro, fazia o governo uma pequena concessão, anunciando que o policiamento da área Tel Aviv–Petah Tiqvah seria entregue inteiramente aos judeus, e o de Jaffa aos árabes. Essa demonstração de aparente imparcialidade, porém, não se generalizaria, e assim enquanto as patrulhas navais britânicas tornavam extremamente difícil aos judeus o recebimento de armas do exterior³⁹, os árabes se abasteciam à vontade e sem tropeços através das fronteiras dos países vizinhos.

Foi a esse tempo que pela primeira vez interveio nas hostilidades a Legião Árabe (estacionada na Palestina como integrante das forças armadas britânicas). Alguns legionários, nas proximidades de Lydda, atacaram um comboio de suprimentos judaico que se dirigia para a localidade isolada de Ben Shemen, matando 14 rapazes da Haganah. Foram inúteis os protestos então feitos junto ao Alto Comando britânico no sentido de retirar a Legião Árabe (que era o exército da Transjordânia) da Palestina⁴⁰.

³⁹ Entre os fornecedores da Haganah figuravam – é claro que clandestinamente – tropas britânicas estacionadas na Palestina. Havia também no país, funcionando ilegalmente, algumas poucas e pequenas fábricas de granadas, metralhadoras de mão e morteiros.

⁴⁰ Explicação dada a David Horowitz pelo secretário das Colônias: “A Legião Árabe não pode ser retirada porque a situação de segurança é ruim e as forças britânicas inadequadas”. E havia 50 000 soldados britânicos na Palestina!

A 16 de dezembro o caminhão do Kibbutz Revivim (no Neguev, ao sul de Beersheba) foi atacado por beduínos. O comandante britânico de um acampamento militar próximo não permitiu fossem prestados primeiros socorros aos feridos, que foram entregues aos árabes. Sugeriu então o comissário distrital britânico que todas as colônias agrícolas judaicas do Neguev fossem evacuadas, prontificando-se a auxiliar essa operação. A sugestão foi prontamente rejeitada.

No dia seguinte a Liga Árabe emitiu um comunicado condenando a decisão da Assembleia Geral e declarando que Egito, Arábia Saudita, Síria, Transjordânia e Líbano haviam concordado em tomar medidas decisivas para impedir a partilha da Palestina. Não obstante os termos um tanto vagos do comunicado, não tardaram a surgir indícios quanto às medidas contempladas. Assim, já antes de findar o mês de dezembro vamos encontrar um general egípcio inspecionando na Síria voluntários árabes destinados a combater na Palestina e clamando por um idêntico movimento de voluntários no Egito. E o ministro da Defesa do Líbano anunciava haver seu ministério instituído uma comissão especial para angariar fundos, alistar voluntários e adquirir armas para a luta na Palestina. Enquanto isso a emissora de Chipre (sob controle britânico), em suas transmissões para o Oriente Médio, inundava os países árabes com a propaganda belicosa do mufti.

A 5 de janeiro de 1948 o Grupo Stern⁴¹ empreendeu sua primeira ação de represália de envergadura contra árabes (até então sua ação se dirigira exclusivamente contra as “forças de ocupação” britânicas). Objetivo: Jaffa, onde com aquiescência britânica se concentrara um grande número de “voluntários” oriundos de países árabes. Num caminhão carregado de laranjas foi escondida uma considerável quantidade de explosivos. Conduzido por dois membros daquela organização terrorista, o caminhão penetrou em Jaffa estacionando no centro da cidade, diante de um velho edifício onde se achava instalado o quartel-general árabe. Os dois rapazes saltaram, tomaram um café, e voltaram a pé para Tel Aviv. Pouco depois que se afastaram do local onde haviam deixado o caminhão ocorreu a explosão, danificando vários prédios e causando mais de uma centena de vítimas entre mortos e feridos. Muitos árabes abandonaram apressadamente

⁴¹ Então também conhecido por Lehi ou LHI (de Lohamei Herut Israel = Combatentes pela Liberdade de Israel).

a cidade e alguns estrangeiros, acusados de serem judeus disfarçados, foram linchados.

A 9 de janeiro cerca de 900 árabes que, provenientes da Síria, haviam cruzado a fronteira sem quaisquer empecilhos⁴² atacaram duas colônias judaicas do norte da Palestina: Dan e Kfar Szold (esta assim chamada em homenagem a Henrietta Szold, fundadora da Hadassah). Atraídos pelo tiroteio, carros blindados britânicos intervieram na luta (dessa vez, fugindo à regra, a favor dos agredidos) e após um combate relativamente prolongado obrigaram os árabes a retroceder.

No dia imediato o embaixador britânico em Damasco protestou (*pro forma?*) contra a incursão ocorrida na véspera; o governo sírio simplesmente ignorou o protesto. Todavia nenhuma providência seria tomada contra o chamado Exército Árabe de Libertação, que com a maior tranquilidade instalou seu quartel-general em Tubas (ao norte de Nablus, perto da fronteira da Transjordânia). Observa Jon Kimche que foi essa “provavelmente a primeira – e, podemos esperar, a última – vez na história do Império Britânico que se permitiu a um exército estrangeiro com intenções hostis acampar e organizar-se com toda calma em território pelo qual a Grã-Bretanha era responsável”.

E tem mais: a 12 de janeiro um porta-voz do Foreign Office confirmava que a entrega de armas ao Egito, Iraque e Transjordânia prosseguiria, de acordo com os termos dos tratados de aliança da Grã-Bretanha com aqueles países.

Além de ataques a colônias agrícolas empreenderam os árabes – auxiliados por ingleses desertores e alemães há pouco libertados de um campo de prisioneiros no Egito – também ações terroristas. Assim no dia 14 de janeiro um caminhão do serviço postal explodiu no centro de Haifa, causando cerca de 50 vítimas.

No dia 15 de janeiro nova ação de envergadura por parte dos árabes, e essa de consequências trágicas. A fazenda coletiva de Kfar Etzion, localizada em região montanhosa (Hebron), próximo de Belém, em

⁴² García-Granados: “A Grã-Bretanha, cuja marinha podia nas trevas da noite descobrir um minúsculo barco de refugiados em alto mar longe da costa da Palestina, mostrou-se incapaz de ver extensos comboios de veículos militares e tropas em marcha cruzando as fronteiras da Palestina à luz do dia.”

território densamente povoado por árabes, foi atacada por cerca de mil homens sob o comando de um hábil chefe guerrilheiro: Abd el-Kader el-Husseini, primo do mufti. O ataque – não obstante a tremenda superioridade numérica dos árabes, já que os defensores não chegavam a trinta – foi repellido, atingindo as baixas árabes a cerca de 120 mortos e 150 feridos. Mas a situação de Kfar Etzion era crítica, e como reforço enviou a Haganah um grupo selecionado de 35 rapazes, em sua maioria estudantes (dentre os melhores) da Universidade Hebraica, e alguns jovens cientistas já bem conhecidos no país. Seguindo por trilhas tortuosas nas montanhas (e presumivelmente traídos por um guia) caíram numa emboscada, e após resistirem até o último alento acabaram massacrados, não escapando um só. Alguns dias depois seriam encontrados os 35 corpos, mutilados. Esse episódio abalou profundamente o Yishuv, causando-lhe mesmo um desânimo temporário.

Na segunda quinzena de janeiro novos bandos de árabes, treinados e bem equipados (e comandados por oficiais do exército sírio), atravessaram a fronteira sírio-palestinense, chegando numa ocasião, com a cumplicidade da Legião Árabe (à qual os ingleses haviam entregue o controle de certas partes da Palestina), a cruzar em caminhões as pontes sobre o rio Jordão⁴³. O governo britânico reconheceu que árabes armados entravam às centenas na Palestina provenientes dos países vizinhos, mas alegou que “a natureza do terreno fronteiriço torna extremamente difícil garantir toda a fronteira contra entradas ilegais, especialmente à noite”.

A 21 de janeiro nova demonstração de desprezo da Grã-Bretanha pelas decisões da ONU: Sir Alexander Cadogan, sem perder a ocasião para pôr a culpa pelos distúrbios sobre os judeus (que estavam tentando intimidar os árabes), informou à Comissão para a Palestina que a Grã-Bretanha considerava impossível cumprir a recomendação da Assembleia Geral relativa à abertura até 10 de fevereiro de um porto de mar na Palestina para facilitar uma imigração judaica substancial. Continuaria assim de pé, até o fim do mandato, a quota de apenas 1.500 imigrantes judeus por mês⁴⁴. E como que para dar ênfase às declarações de Cadogan,

⁴³ Foram 20 caminhões, com placas sírias, transportando uns 700 homens armados; traziam também 5 morteiros e um transmissor.

⁴⁴ Comentário de um dos membros da Comissão: “Os britânicos querem criar um vácuo na Palestina, mas se recusam até mesmo a entregar esse vácuo.”

foi intensificado o bloqueio da costa palestinese, com patrulhas de destróieres em atividade contínua, 24 horas por dia.

Quatro dias depois, Fawzi el-Kaukji – um dos chefes da rebelião árabe de 1936 e um dos principais propagandistas árabes pró-nazistas em Berlim durante a guerra⁴⁵ – sentindo-se perfeitamente seguro para retornar à Palestina e assumir o comando do Exército de Libertação, chegava a Tubas sem que nem ele nem sua escolta armada tivesse encontrado um só soldado britânico. Diz Kimche que os ingleses não tinham tempo para observar Tubas, pois “a neutralidade exigia sua presença nas áreas judaicas”.

Antes de findar o mês de janeiro alcançou a Haganah um notável êxito fora da Palestina. Um de seus melhores agentes, Ehud Avriel, com longa prática na organização de imigração ilegal e incumbido por Ben-Gurion de adquirir armas (fuzis e metralhadoras) na Europa, conseguiu em Praga fechar negócio com o governo tcheco⁴⁶. Mas para isso fora preciso obter a aquiescência soviética (conseguida após prolongadas negociações em New York entre Shertok e Gromyko). Notas de protesto britânicas não foram levadas a sério, servindo, ao contrário, para tornar ainda mais amistosa a atitude tcheca para com a Haganah. (É claro que, no fundo, não passava tudo isso de negócio, pois os tchecos, grandemente necessitados de dólares, estariam igualmente dispostos a vender armas aos árabes.) As armas tchecas – que representavam indubitavelmente contribuição valiosíssima (e oportuníssima) para a luta contra os agressores árabes – chegariam à Palestina, furando bloqueio britânico, cerca de dois meses depois, bem escondidas em caixas de mantimentos, tratores, etc.

Ao mesmo tempo em que se ultimavam os detalhes dessa compra, emitia Fawzi el-Kaukji sua primeira Ordem do Dia, proclamando guerra aos judeus. Jon Kimche: “Nem um cão se moveu no Q.G. do general MacMillan. Poder-se-ia pensar ser perfeitamente normal para um comandante em chefe britânico ter um exército estrangeiro preparando operações em seu próprio território”.

⁴⁵ Fawzi el-Kaukji fora condecorado por Hitler com a Cruz de Ferro. Seus seguidores apelidaram-no de “Leão de Damasco”, mas Dov Joseph diz que “seu rugido era pior que sua mordida”.

⁴⁶ Avriel estava munido de documentos não muito genuínos que o davam, sob outro nome (Ueberall), como representante oficial de um chefe de Estado, e nessa qualidade autorizado a adquirir equipamento militar.

Foi então que o primeiro relatório da Comissão para a Palestina (que continuava marcando passo, à espera de que o governo britânico se dignasse autorizar sua entrada na Palestina) foi apresentado ao Conselho de Segurança por Karel Lisicky, visivelmente cansado e deprimido. Esse relatório (que, segundo Horowitz era “marcado por indecisão, desapontamento e desespero”) mencionava: uma séria diminuição das funções e autoridade do governo; a intensificação dos violentos conflitos entre as comunidades árabe e judaica; os tribunais e serviços essenciais do governo mutilados, ou mesmo incapazes de funcionar; e uma sensível queda na coleta da receita pública. Findava de modo pessimista: “Todas as informações disponíveis até o momento levam à conclusão de que a situação da Palestina, no que concerne tanto à segurança quanto à autoridade civil, tende antes a se agravar do que a melhorar”.

A 2 de fevereiro uma nova ação terrorista antijudaica, desta vez em Jerusalém: um carro militar britânico estacionado diante do edifício do *Palestine Post*⁴⁷, carregado de dinamite, explodiu, ocasionando a destruição completa do prédio. (O jornal, porém, saíra assim mesmo, em edição reduzida e mimeografada.). O número de vítimas (todos judeus) foi elevado; prédios vizinhos incendiados e as ruas próximas cobertas como que por um tapete de cacos de vidro. Os árabes negaram, perante correspondentes estrangeiros, qualquer responsabilidade pelo atentado, e embora não houvesse provas concludentes era crença generalizada (mesmo entre não judeus) que o serviço fora feito pela polícia britânica.

Se nesse caso os ingleses contaram (embora com ceticismo) com o benefício da dúvida, já não se dá o mesmo com o que ocorreu, também em Jerusalém, no dia 13 de fevereiro: um grupo de soldados britânicos realizando uma busca de armas no bairro de Bet Israel prendeu quatro rapazes da Haganah, levando-os até um distrito exclusivamente árabe junto ao Portão de Damasco (uma das entradas para a Cidade Velha); lá o

⁴⁷ O *Palestine Post*, único diário de língua inglesa no país, tinha uma orientação sionista moderada, criticando acerbamente o terrorismo. Após a independência passou a chamar-se *Jerusalem Post*, continuando a sair em língua inglesa. Foi fundado em 1932 por Gershon Agronsky (depois da independência Agron, prefeito de Jerusalém, falecido em 1959); admirador dos ingleses e suas instituições (era amigo e discípulo de Weizmann) procurou fazer do seu jornal um meio de compreensão entre judeus e britânicos. Na opinião do jornalista inglês (não-judeu) David Courtney era o único jornal realmente bom de todo o Oriente Médio.

sargento que comandava o grupo soltou os jovens, inteiramente desarmados, no meio de uma multidão árabe grandemente excitada. Os quatro foram friamente assassinados, sendo seus corpos encontrados uma hora depois. As autoridades britânicas, reconhecendo sua responsabilidade, ordenaram rigoroso inquérito (como isso soa familiar...). Mas a principal consequência dessa atrocidade foi uma ordem imediata da Haganah a todos os seus membros em Jerusalém para “de agora em diante resistir com armas a qualquer tentativa das forças britânicas de procurar armas ou efetuar prisões, a não ser que tais forças estejam acompanhadas por policiais judeus”.

Na noite de 15 de fevereiro o 1º Batalhão Yarmuk (primeira unidade do Exército Árabe de Libertação que entrou na Palestina), apoiado por elementos árabes locais, lançou um ataque frontal – “canhestro”, dizem os irmãos Kimche – contra a colônia agrícola religiosa de Tirat Tsevi (no vale do Jordão, ao sul de Beisan). Os colonos, já à espera, conseguiram repelir o ataque e enviar um pedido de socorro. Um destacamento britânico saiu de Beisan na manhã seguinte, rumando para Tirat Tsevi; a caminho tiveram algumas escaramuças com os árabes, mas ao chegarem àquela colônia agrícola constataram que o ataque fora suspenso. Registraram-se entre os árabes 40 mortos e aproximadamente igual número de feridos; as baixas judaicas foram de 1 morto e 2 feridos. Mesmo assim a propaganda árabe, dentro e fora da Palestina, apresentou Tirat Tsevi como “uma impressionante vitória árabe”.

16 de fevereiro é também a data do segundo (e “desesperado”, diz Sacher) relatório da Comissão para a Palestina, em que esta comunicava ao Conselho de Segurança achar-se impossibilitada de se desincumbir de sua missão, isto é, manter a lei, a ordem e a segurança pública quando a responsabilidade pela Palestina lhe fosse transferida, “a não ser que forças militares de poderio adequado sejam postas à sua disposição”.

Obstada pelos britânicos de entrar na Palestina – apesar de alguns de seus membros se declararem dispostos a fazê-lo imediatamente, afrontando a proibição britânica – decidiu a Comissão, para não se mostrar inteiramente passiva, enviar àquele país, como uma espécie de vanguarda, um grupo de funcionários da ONU adidos à mesma. A isso os britânicos assentiram, embora sem qualquer demonstração de entusiasmo. O pequeno

grupo, chefiado pelo Dr. Pablo de Azcárate⁴⁸, chegou à Palestina a 22 de fevereiro, encontrando ali – é Kirk que o afirma – “o mínimo de cooperação das autoridades britânicas, e no ‘caos’ existente encontraram-se praticamente restringidos à zona militar britânica de Jerusalém”.

Nesse mesmo 22 de fevereiro, às 6:10h da manhã (chuvosa), o centro da Cidade Nova de Jerusalém foi abalado por tremenda explosão. Três caminhões carregados de dinamite, estacionados diante de um edifício de apartamentos da rua Ben Yehuda, explodiram pouco depois de abandonados por seus motoristas. Vários edifícios residenciais foram destruídos, registrando-se 52 mortos e 123 feridos. Os motoristas escaparam, mas foi possível identificar os números dos motores dos caminhões, constatando-se serem veículos pertencentes às forças armadas britânicas. Os árabes outra vez se apressaram a negar qualquer conexão com o caso, enquanto nos Comuns o subsecretário para Assuntos Coloniais, David Rees Williams, declarava: “Não crendo o governo nas alegações de que tropas britânicas estiveram envolvidas, não cogita no momento de qualquer inquérito.”

Essa explosão causou quase que uma histeria coletiva contra os britânicos, do que se aproveitaram o Irgun e o Grupo Stern para empreender uma caça a cidadãos britânicos,⁴⁹ matando dez e ferindo cerca de vinte. A Agência Judaica reuniu-se no mesmo dia; decidiu, aprovando proposta de Bernard (Dov) Joseph, solicitar ao alto-comissário que britânicos não mais entrassem nas partes judaicas de Jerusalém. Esse apelo seria atendido.

Enquanto isso outra espécie de “bombas” eram preparadas pelo State Department, onde se fazia sentir intensamente a pressão dos interesses petrolíferos americanos. A primeira delas “explodiu” a 24 de fevereiro, ao se iniciar no Conselho de Segurança o debate sobre a Palestina. Consistiu numa comunicação do senador Warren R. Austin de que seu governo não estava disposto ao uso de força armada para impor a partilha, embora pudesse considerar tal medida para restaurar a paz. Disse textualmente: “A

⁴⁸ O Dr. Azcárate, antigo diplomata espanhol, fora embaixador da Espanha Republicana em Londres ao tempo da guerra civil espanhola. Também fazia parte do grupo o coronel norueguês Rosher Lund, confidente do secretário-geral da ONU. Os componentes restantes eram um advogado grego e um economista hindu, além de duas secretárias.

⁴⁹ Beigin qualificou isso de “retaliação”. Disse ele: “...retaliamos pelo assassinato coletivo de civis na explosão da rua Ben Yehuda”.

Carta das Nações Unidas não dá poderes ao Conselho de Segurança para impor uma decisão política, seja ela decorrente quer de uma recomendação da Assembleia Geral quer do próprio Conselho de Segurança.”

Na mesma ocasião o secretário das Colônias, Creech Jones, declarou não poder a Grã-Bretanha cumprir aquelas disposições da Resolução da Assembleia Geral que, a seu ver, haviam “ignorado as dificuldades e os perigos de responsabilidade dividida”. Em outras palavras: a Grã-Bretanha continuava negando-se a qualquer participação na execução da partilha bem como a cooperar com a Comissão para a Palestina. Procurando justificar essa atitude negativa disse Creech Jones não desejar a Grã-Bretanha destruir o que sua administração realizara na Palestina, mas que nos últimos três meses quase cem soldados e policiais britânicos haviam sido mortos e algumas centenas feridos, não concordando a opinião pública inglesa com novos dispêndios em dinheiro e em vidas para impor uma política na Palestina.

No prosseguimento dos debates, que se estenderam pelos dias subsequentes, Shertok, falando em nome da Agência Judaica, acusou a Grã-Bretanha de discriminação contra os sionistas com a adoção de uma teoria *sui generis* de neutralidade: “uma suposta igualdade de culpa entre agressores e agredidos – entre os que sustentam e os que desafiam a autoridade das Nações Unidas”.

O mês de fevereiro não se encerraria sem mais um trágico exemplo dessa “neutralidade” à inglesa referida por Shertok: no último dia do mês (29, por se tratar de ano bissexto) soldados britânicos desarmaram um posto da Haganah localizado numa fábrica no limite Tel Aviv-Jaffa, impedindo a saída dos seus ocupantes; oito desses judeus desarmados foram logo depois mortos por árabes, só escapando um.

8 de março – o ministro da Defesa da Síria declara: “Obtivemos armas de qualidade superior para combater os judeus. Logo que o exército britânico se retirar da Palestina a grande luta começará”.

A 11 de março, em Jerusalém, novo atentado terrorista antijudaico de grandes proporções. Um carro do Consulado Geral dos Estados Unidos, com a bandeira americana, estacionou no pátio – bem guardado – do edifício da Agência Judaica. Não se efetuou. porém, qualquer revista no carro por ser o mesmo bastante conhecido, idem quanto ao motorista, um

árabe cristão. Este abandonou o veículo e desapareceu⁵⁰. Uma tremenda explosão (ocasionada por um engenho escondido no interior do veículo) arrancou parte do edifício, matando 13 pessoas (entre as quais o Dr. Leib J. Jaffe, veterano líder sionista e um dos fundadores do Keren Hayesod, o principal instrumento financeiro da Agência Judaica) e ferindo aproximadamente uma centena de outras (Ben-Zvi escapou quase que milagrosamente, ao ruir sobre ele o escritório em que trabalhava). O consulado americano expressou, por carta, seu profundo pesar. A carta foi entregue pessoalmente pelo cônsul, que afirmou conhecer bem o motorista e não acreditar que um homem com a sua inteligência, bastante limitada, pudesse ter por si só planejado esse atentado em todos os seus detalhes.

No Conselho de Segurança prosseguia o debate sobre a Palestina. Diante das dúvidas sobre a posição dos Estados Unidos, procurou Weizmann avistar-se mais uma vez com o presidente Truman. A entrevista realizou-se a 18 de março, assegurando Truman estar, como antes, firmemente favorável à partilha⁵¹. Grande seria pois a surpresa nas hostes sionistas quando logo no dia seguinte o representante dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, senador Austin, consumou uma completa reviravolta na atitude americana⁵². Disse ele: “Parece haver concordância geral de que o plano de partilha não pode agora ser executado por meios pacíficos”. Propôs então, em nome de seu governo, para logo depois que terminasse o mandato, uma administração temporária da Palestina pelas Nações Unidas até que judeus e árabes chegassem a acordo. (Se aceita sua proposição, tornar-se-ia necessário convocar uma sessão especial da Assembleia Geral a fim de ordenar à Comissão para a Palestina suspender seus esforços para pôr em execução a partilha.) Tal proposta provocou imediata objeção soviética, tendo Gromyko declarado estar o governo

⁵⁰ Quando se teve novamente notícia dele, já se encontrava na Venezuela...

⁵¹ Essa entrevista fora a princípio recusada, revelando-se Truman já farto do caso da Palestina, e achando que Weizmann nada poderia aduzir que ele já não soubesse. Truman só acedeu em receber Weizmann diante de um apelo dramático que lhe foi feito por Eddie Jacobson, amigo de infância do presidente americano e seu sócio num estabelecimento comercial de Kansas City.

⁵² Diante do que Truman garantira a Weizmann, era de se crer que o State Department estava agindo à revelia do presidente americano (posteriormente seria isso confirmado). Truman, depois dessa atitude da delegação americana na ONU, sentiu um peso na consciência, passando a considerar-se como tendo uma dívida pessoal para com Weizmann, dívida essa que ele sentia o máximo empenho em pagar.

americano colocando interesses petrolíferos e estratégicos acima dos interesses das Nações Unidas. (Comentário amargo de Weizmann: “Os ingleses levaram 25 anos para nos trair; os americanos fizeram-no em dois meses e meio”).

A resposta judaica veio prontamente. No próprio dia 19 o rabino Silver protestou com veemência, perante o Conselho de Segurança, contra essa “chocante inversão” da política americana. Os Jewish War Veterans (Associação dos ex-Combatentes Judeus), pela palavra de seu comandante, general Julius Klein, divulgaram unia declaração em que afirmavam: “Assim como Hitler triunfou em Munique assim triunfou agora em Lake Success seu parceiro criminoso de guerra, o grão-mufti”. O American Jewish Congress qualificou de “antiamericanas e completamente desonrosas a duplicidade e táticas vergonhosas a que recorreu nosso Departamento de Estado”. O American Zionist Emergency Council, considerando a nova política americana como “nada menos que um ato de traição”, convocou os judeus de New York para uma passeata de protesto pela Quinta Avenida. Nessa marcha uniram-se a cerca de 60.000 ex-combatentes judeus, uniformizados, delegações oficiais não judaicas da Legião Americana, dos Ex-Combatentes Americanos da Segunda Guerra Mundial, e dos Ex-Combatentes Católicos. Além dessa significativa demonstração de solidariedade, também em outros setores não judaicos dos Estados Unidos surgiram críticas severas. A imprensa americana, de um modo geral, após uma manifestação inicial de perplexidade, encarou desfavoravelmente a proposta de Austin (escreveu, por exemplo, o *Herald Tribune* de New York: “Poucos americanos serão capazes de encarar sem constrangimento a ação de seu governo.”). O American Christian Palestine Committee, bem como várias organizações religiosas cristãs solicitaram o imediato retorno da política americana à sua posição em 29 de novembro.

A 23 de março a Agência Judaica e o Vaad Leumi emitiram a seguinte declaração:

1. O povo judeu e o Yishuv da Palestina opor-se-ão a qualquer proposta destinada a impedir ou adiar o estabelecimento do Estado Judeu.
2. Rejeitamos categoricamente qualquer plano para instituir na Palestina, mesmo por um curto período de tempo, um regime de administração pelas Nações Unidas...

3. O fracasso e desintegração do governo mandatário, cuja continuação foi unanimemente rejeitada pelas Nações Unidas, torna necessária a breve chegada à Palestina da Comissão das Nações Unidas para a Palestina...

4. Ao término da administração mandatária, e o mais tardar até 16 de maio próximo, um governo provisório judeu começará a funcionar em cooperação com os representantes das Nações Unidas então na Palestina. Até lá faremos tudo que esteja ao nosso alcance para reduzir ao mínimo o caos criado pelo atual governo, e manteremos, na medida de nossas possibilidades, os serviços públicos por ele negligenciados.

5. O povo judeu estende ao povo árabe a mão da paz e convida representantes da população árabe do Estado Judeu a ocuparem seu justo lugar em todos os seus órgãos de governo. O Estado Judeu terá satisfação em cooperar com os Estados Árabes vizinhos para o fortalecimento da paz mundial e promoção do desenvolvimento de todos os países do Oriente Médio.

Dois dias depois concedia Weizmann uma entrevista à imprensa em que, após lembrar que no interesse de possibilitar uma solução conciliatória diante das reivindicações nacionais árabes os judeus se haviam conformado com 1/8 da área inicial do mandato, responsabilizava a Grã-Bretanha pelo grave problema de segurança surgido na Palestina:

Nunca chegarei a compreender como o governo mandatário pôde permitir que forças árabes estrangeiras entrassem livremente na Palestina, por pontes e estradas, para ali calma e impunemente se prepararem para uma guerra contra os judeus e contra a solução adotada pelas Nações Unidas. Sempre louvei o grande ato político da Grã-Bretanha inaugurando o reconhecimento internacional do nosso direito à nacionalidade. Mas, ao expor tudo e todos na Palestina à destruição por invasores estrangeiros, agiu o governo mandatário contra sua própria melhor tradição, deixando um legado trágico ao futuro do país.

Os judeus da Palestina terão o apoio dos judeus de todo o mundo nas medidas que considerem necessárias para salvaguardar sua sobrevivência e independência ao término do Mandato. Pediria agora ao povo judeu que redobre seus esforços para assegurar a defesa e liberdade do Estado Judeu...

A 30 de março apresentou Warren Austin novo projeto de resolução, em substituição à sua malfadada proposta do dia 19. Essa nova proposta americana – que, aliás, no fundo em nada diferia, quanto aos seus objetivos, da proposta anterior – pode ser dividida em duas partes: 1ª) convidando sionistas e árabes palestinos a designar representantes perante o Conselho de Segurança a fim de negociar uma trégua (e apelando ao mesmo tempo aos grupos armados árabes e judaicos para que cessassem imediatamente os atos de violência); 2ª) requerendo a convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral “para consideração adicional da questão do futuro governo da Palestina”. Gromyko declarou logo não ver razão alguma para convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral, afirmando que ficaria com os Estados Unidos “a total responsabilidade pela morte da decisão de partilha da Palestina”. Já o delegado sírio, naturalmente, entusiasmou-se com a proposta de convocação de uma sessão especial, pois isso implicaria em postergar a execução da partilha; deixou, porém (mui significativamente), em suspenso sua opinião sobre uma trégua. Sir Alexander Cadogan mostrou-se inteiramente de acordo com as sugestões de Mr. Austin.

O Executivo da Agência Judaica condicionou a aceitação da trégua à retirada do território palestino de “todas as tropas e guerrilheiros estrangeiros” e à livre admissão de imigrantes judeus. Declarou Shertok perante o Conselho de Segurança que a trégua não deveria atrasar a independência, para a qual os sionistas já se encontravam plenamente preparados; ao mesmo tempo acusou os britânicos de coniventes com a infiltração em larga escala, pelas fronteiras, de forças árabes.

A questão da convocação de uma sessão especial foi finalmente decidida, a 1º de abril, de acordo com os desejos americanos, anunciando Trygve Lie que a Assembleia Geral seria convocada para o dia 16 de abril.

Cabe aqui uma observação: embora não pretendendo abordar em detalhes as operações militares que então se desenrolavam na Palestina, não podemos, contudo, deixar de fazer referência a certos aspectos mais gerais ou significativos.

Em fins de março não se apresentavam nada animadoras as perspectivas para a coletividade judaica palestina. A estrada de Tel Aviv a Jerusalém (de importância vital para esta), que nas últimas semanas se transformara – devido às emboscadas árabes, aliás grandemente facilitadas

pela configuração do terreno – em cemitério de homens e viaturas⁵³, foi inteiramente fechada pelos árabes (já ocupavam eles as localidades margeando a estrada), que nela espalharam pesados blocos de pedra e troncos de árvores. (Os ingleses pouco se importaram com o fechamento dessa estrada, mas já outra, ligando Jerusalém ao mar Morto, foi por eles mantida aberta, devido ao interesse que tinham na exportação de potassa para a Inglaterra.)⁵⁴. Jerusalém, isolada, com reservas alimentares para no máximo duas semanas (no dia 31 de março fora ali instituído o racionamento de pão, atribuindo-se 200 gramas diárias por pessoa), estava ameaçada de cair em mãos dos árabes. Para os judeus tornava-se absolutamente imprescindível salvar a cidade⁵⁵. Com esse intuito Ben-Gurion, a 31 de março, telegrafou ao escritório da Haganah em Praga, solicitando a remessa imediata, por avião, do maior número possível de fuzis e metralhadoras. Essas armas, transportadas num Dakota, não tardariam a chegar, entrando quase que logo em ação. Também nos primeiros dias de abril uma pequena embarcação conseguiu furar o bloqueio britânico, descarregando secretamente um carregamento de armas (inclusive morteiros) e grande quantidade de munições⁵⁶. A princípio, não obstante uma série de operações ofensivas empreendidas pela Haganah – que tinha então pela frente não só árabes mas às vezes também ingleses – a

⁵³ Algumas das armas da Haganah assim caídas em mãos dos árabes puderam mais tarde ser readquiridas pela Haganah, por compra, através de intermediários armênios.

⁵⁴ Um judeu australiano, contudo, conseguiria fazer tranquilamente o percurso Tel Aviv-Jerusalém viajando, não-oficialmente, em carro blindado da polícia britânica ao preço de 30 libras. Também dentro de Jerusalém alguns policiais britânicos faziam de seus veículos táxis, cobrando de 5 libras para cima.

⁵⁵ Um comentarista militar americano, George Fielding Eliot, que então se encontrava na Palestina, qualificou os setores judeus de Jerusalém como “uma monstruosidade estratégica e praticamente indefensáveis”.

⁵⁶ Na mesma época, no porto italiano de Bari, sabotadores da Haganah afundaram um cargueiro com carregamento de armas tchecas adquiridas pela Síria. Mais tarde, com a ajuda de mergulhadores italianos, conseguiram os sírios recuperar as caixas de armas, constatando-se que dos 10 000 fuzis cerca de 8 500 ainda estavam em condições de ser usados. Os sírios fretaram uma embarcação para transportar o carregamento à Síria. Já a caminho (isso seria alguns meses depois) dois membros da Palmach, chegados em veloz barco pesqueiro, subiram a bordo apresentando-se ao capitão como sírios incumbidos de escoltar a embarcação até seu destino. Instalaram a bordo um transmissor de rádio (o capitão não conhecia hebraico e estava certo de que falavam sírio). Dias depois a embarcação foi abordada pelas tripulações de dois navios israelenses que transferiram toda a carga para seus próprios navios, indo os rifles parar em Israel.

situação não se modificaria de maneira apreciável, mas já na primeira semana de abril um comboio judaico transportando víveres, armas e munições conseguia chegar a Jerusalém.

A esse tempo já se iniciara o êxodo em massa de árabes da Palestina – ponto de partida para a discutida questão dos “refugiados”, tão explorada pela propaganda árabe – à procura de lugares mais seguros; em alguns casos (vale a pena lembrar) ocorreu isso a conselho de funcionários britânicos. Os primeiros a se retirarem (ainda em dezembro de 1947) haviam sido árabes cristãos de Haifa, que vinham sendo fortemente pressionados pelos muçulmanos para participar da luta contra os judeus e contribuir financeiramente para a mesma. Mas em fins de março cerca de 25.000 árabes já haviam deixado Haifa e aproximadamente uns 20.000 Jaffa, entre eles numerosas famílias abastadas, levando consigo seus carros e considerável quantidade de utensílios domésticos⁵⁷.

A 4 de abril teve início uma das batalhas decisivas desse período de pré-independência. A ação foi empreendida por Fawzi el-Kaukji, atacando a estrategicamente situada colônia agrícola de Mishmar Haemek⁵⁸, pegada inteiramente de surpresa. Tinha o comandante árabe às suas ordens 1.000 homens bem armados, além de morteiros e seis canhões de 75mm⁵⁹, que comodamente se entrincheiraram nas aldeias e elevações que circundavam a colônia judaica. Esta, dispondo apenas de uma metralhadora e fuzis em número insuficiente, foi submetida, à noite, a intenso bombardeio de artilharia. Na manhã seguinte compareceu ao local um destacamento militar britânico “para investigar”, concluindo não ter nem força nem autoridade para obrigar os árabes a retroceder. Conseguiram, porém, que o ataque

⁵⁷ Houve, também, alguns casos de saídas de judeus, mas em número extremamente reduzido.

⁵⁸ O próprio nome da colônia – Guardiã do Vale – sugere bem sua importância; era um ponto-chave para o domínio do vale de Jezreel (ou Esdraelon), e sua posse teria permitido a Fawzi el-Kaukji lançar-se sobre a vital rodovia Haifa-Tel Aviv.

⁵⁹ Quatro desses canhões seriam pouco depois enviados por Fawzi el-Kaukji para as elevações em redor de Jerusalém, de onde, sob o comando de um oficial iraquiano, se puseram a bombardear a cidade. Isso motivou um telegrama do grão-rabino Herzog ao papa Pio XII, que não teve, porém qualquer efeito prático. (A propósito: em 1944, quando os judeus húngaros estavam sendo deportados em massa para Auschwitz, o mesmo grão-rabino solicitara a Pio XII que intercedesse para salvar os remanescentes daquela coletividade judaica – essa solicitação, bem como um pedido de audiência, não foram atendidos)

fosse temporariamente suspenso. Mas já no dia 6, à tarde, reiniciaram os árabes cerrado tiroteio. Na manhã do dia 7 fez sua aparição um oficial britânico, o tenente-coronel Peel; obteve ele uma trégua de 24 horas, durante a qual foram evacuadas de Mishmar Haemek as mulheres e crianças. Quando Peel se preparava para conseguir uma prorrogação da trégua, foi informado pelos judeus de que a mesma fora por eles aproveitada também para o envio de reforços; isso o deixou grandemente escandalizado, fazendo com que se afastasse depois de reclamar aos judeus por terem “quebrado a trégua”⁶⁰. Novamente se reiniciou o bombardeio árabe, sem que Kaukji, entretanto, se decidisse a um assalto direto. E ao fim de mais alguns dias ordenou o comandante do Exército Árabe de Libertação a retirada, com grande abalo para seu prestígio pessoal e o do seu exército. (Não se esqueceu Fawzi, porém, de emitir um comunicado proclamando “uma grande vitória”).

Depois desse retumbante fracasso, uma nova onda de emigração árabe: mais uns 20.000 deixaram Haifa, instigados (quicá consolados) por rumores de que aviões árabes iriam bombardear a cidade mas não queriam causar dano à população árabe; asseguraram-lhes outrossim que a saída era temporária e constituiria ajuda às forças combatentes árabes naquela área.

Weizmann, que havia sido visitado pela delegação americana junto à ONU, procurando (sem êxito) obter o apoio daquele líder sionista para as propostas que apresentara (e com o mesmo intuito – e idêntico resultado – fora Weizmann procurado pelo delegado francês Alexandre Parodi), decidiu diante disso recorrer ainda uma vez ao presidente Truman, escrevendo-lhe, a 9 de abril, uma carta (de natureza particular) em que afirmava:

Judeus e árabes estão ambos amadurecidos para a independência, e em larga escala já obedecem às suas próprias instituições, enquanto a administração central britânica se encontra em virtual colapso. Em largas áreas judeus e árabes têm praticamente o controle de suas próprias vidas e interesses. Não se pode atrasar o relógio até a situação existente antes de 29 de novembro. Queria também chamar atenção para os efeitos psicológicos de prometer independência judaica em novembro e tentar cancelá-la em março.

⁶⁰ Kimche: “Não compreendeu ele que nessa guerra absurda os judeus lutavam pela sobrevivência, e não estavam jogando críquete”. (O tenente-coronel Peel queixara-se aos judeus de que a atitude dos mesmos “não era críquete”, isto é, não fora “jogo limpo”).

A escolha para nosso povo, senhor presidente, está entre um Estado e o extermínio. A história e a providência colocaram essa questão em vossas mãos, e confio que ainda a decidireis em conformidade com o espírito da lei moral⁶¹.

O mesmo dia 9 assinala, na Palestina, uma ocorrência cujas repercussões seriam grandemente desfavoráveis à causa judaica. Trata-se do despropositado ataque desferido por unidades do Irgun e do Grupo Stern (num total de aproximadamente 200 homens) contra Deir Yassin, pacata aldeia árabe a oeste de Jerusalém. Antes de iniciado o ataque foram os velhos, mulheres e crianças exortados, em língua árabe (por meio de um alto-falante instalado num veículo do Irgun), a abandonar a aldeia. Afirmam alguns autores, contudo, que o tempo concedido para isso – quinze minutos – era insuficiente. O que se seguiu foi classificado por um representante da Cruz Vermelha Internacional (que visitou o local dois dias depois) como um “massacre deliberado”⁶². Segundo o Comitê Superior Árabe foram mortas 254 pessoas, das quais cerca da metade era constituída de mulheres e crianças. A ocupação da aldeia durou pouco além de 24 horas, o que de certo modo parece comprovar ter sido essencialmente uma ação terrorista. Tanto a Agência Judaica quanto o Alto-Comando da Haganah repudiaram publicamente o acontecido, expressando de imediato seu profundo pesar e revolta. A Haganah interveio num desfile que o Irgun promoveu em Jerusalém para exibir os “prisioneiros” (entre eles mulheres e crianças) que fizera, obrigando o Irgun a entregá-los, sendo logo a seguir encaminhados pela Haganah às autoridades governamentais.

Os árabes não deixariam de explorar ao máximo esse lamentável episódio, e a publicidade que sua imprensa e rádio deram ao mesmo, informa Kirk, “acelerou consideravelmente a desmoralização e fuga dos árabes não combatentes”.

A 13 de abril foi apresentado mais um dos inócuos relatórios da Comissão para a Palestina. Nesse documento era a Grã-Bretanha severamente criticada: por continuar impedindo a entrada da Comissão na

⁶¹ Desconhecemos qualquer resposta de Truman, mas três semanas depois ele agiria

⁶² Beigin, contudo, nega terminantemente que tenha havido massacre, afirmando tratar-se de uma operação militar difícil, com perdas de ambos os lados. Alega ele que houve deturpação intencional dos fatos, endossada pelos órgãos dirigentes sionistas, que estariam interessados em abalar o prestígio do Irgun...

Palestina antes de 1º de maio; por se recusar a promover uma transferência gradativa de autoridade; por impedir a formação de milícias; e por tomar sérias medidas econômicas e financeiras (como, por exemplo, exclusão da Palestina da área do esterlino) sem consultar a Comissão. Por outro lado, ainda nesse relatório, louvava-se a Agência Judaica pela colaboração que vinha prestando à Comissão, e finalmente criticava-se o Conselho de Segurança por não providenciar um contingente armado para assegurar o cumprimento de suas decisões.

Essa mesma data (13 de abril) marca um dia negro na história do judaísmo palestinese. Foi o dia do massacre do comboio que se dirigia ao Hospital Hadassah, no monte Scopus. Temos aqui, ainda uma vez, de retroceder um pouco. As comunicações entre o centro de Jerusalém e o monte Scopus (onde além do Hospital Hadassah, de renome internacional, funcionava a Universidade Hebraica) faziam-se atravessando o bairro árabe de Sheik Jarrah, onde desde dezembro vinham sendo frequentes as emboscadas árabes. Repetidas promessas (feitas inclusive pelo alto-comissário pessoalmente) de que forças britânicas protegeriam os comboios destinados ao hospital e à universidade não foram cumpridas durante alguns meses. Até que no princípio de abril forças militares britânicas se estabeleceram num edifício que dominava o bairro. Subsequentes comboios puderam então passar sem ser molestados. Informações sobre as condições da estrada eram fornecidas por um oficial de polícia britânico.

Na manhã do dia 13, recebida do oficial britânico a informação de que a estrada estava limpa, partiu às 9:30h um comboio formado por duas ambulâncias, três ônibus, três caminhões transportando alimentos e suprimentos hospitalares, e dois pequenos carros de escolta; iam nele alguns dos mais ilustres médicos do Hospital (que, diga-se de passagem, prestava assistência gratuita aos moradores árabes dos arredores) e professores da Universidade. Ao entrar o comboio em Sheik Jarrah foi o mesmo detido pela detonação de minas elétricas que danificaram os carros que vinham na frente ocasionando a obstrução da estrada. Logo após iniciou-se sobre o comboio, de ambos os lados da estrada, cerrado tiroteio acompanhado de lançamento de granadas e coquetéis Molotov. Durante algum tempo, contudo, os dois carros de escolta conseguiram evitar que os árabes se aproximassem dos veículos do comboio.

A cerca de 300 metros do local havia um posto policial britânico; ali os soldados permaneceram impassíveis, de nada valendo os insistentes apelos que lhes foram dirigidos. Igualmente impassível – e isso é muito mais grave – mostrou-se o comandante das forças britânicas em Jerusalém, general MacMillan, que às 9:45h passou por ali em seu carro. Um pedido da Agência Judaica para que se permitisse à Haganah mandar homens ao local foi recusado pelos ingleses (a pretexto de que isso só serviria para agravar a situação)⁶³. O ataque árabe durou sete horas, e eram já quase 5 da tarde quando finalmente tropas britânicas intervieram lançando uma cortina de fumaça. Só então foi possível retirar os mortos e feridos. Haviām escapado somente 28 pessoas, das quais apenas 8 sem ferimentos. Perderam a vida (alguns carbonizados) 77 médicos, enfermeiras e professores judeus, entre eles o Dr. Chaim Yassky (diretor do Hospital), o físico Dr. Guenther Wolfsohn, o Prof. Enzo Bonaventura (chefe do Departamento de Psicologia da Universidade Hebraica), o filólogo Dr. Benjamin Klar, e os Drs. Leonid Doljansky e Moshe Ben-David (da Faculdade de Medicina)⁶⁴.

O Comitê Superior Árabe, jubiloso, qualificou o massacre como uma façanha heróica, censurando os britânicos por sua intervenção de última hora: “Não fosse pela interferência do Exército, e nem um único passageiro judeu teria permanecido vivo.”

Em Tel Aviv achava-se então reunido o Conselho Geral Sionista (constituído de delegados de todas as seções da Organização Sionista Mundial). Em sua sessão de encerramento, a 14 de abril; ratificando o que já fora dito pela Agência Judaica e Vaad Leumi a 23 de março, emitiu uma proclamação dirigida “aos povos civilizados, aos representantes das Nações Unidas e aos judeus espalhados pelo mundo”, comunicando que a independência nacional do povo judeu entraria em vigor a 15 de maio. Prosseguia a proclamação:

⁶³ Um oficial britânico observou, porém, que isso poderia ser uma resposta adequada a Deir Yassin.

⁶⁴ Uma jovem da Haganah, na escuta do rádio das viaturas policiais britânicas, ouviu um policial inglês, em comunicação com a chefatura, dizer: “Agora os trazem para fora, todos mortos. Este é o vigésimo sétimo, acho “. E depois, exaltado: “Se nos tivessem permitido sair daqui quando fiz o pedido, poderíamos ter tirado todos eles vivos!”

Outra vítima foi Anna Di Giacchino Cassuto (viúva de Nathan Cassuto, rabino de Florença ao tempo da 2ªG.M.), sobrevivente de Auschwitz, que seguia para o trabalho. Estava então com 37 anos.

Enquanto recusa entrada a judeus que buscam desesperadamente um último refúgio, o governo de Sua Majestade abre nossas fronteiras a hordas de invasores árabes vindos para transformar em zombarias a decisão das Nações Unidas... Decidimos hoje que o término do Mandato para a Palestina marcará, de fato, o fim de toda dominação estrangeira neste país... Nesta hora dirigimo-nos aos cidadãos árabes do Estado Judeu e aos nossos vizinhos árabes. Oferecemos-lhes paz e amizade. Desejamos construir nosso Estado em comum com os árabes... Fortalecidos pela fé, apelamos a todas as nações que nos concedam esse direito à nossa própria salvação, e depositamos nossa confiança em Deus, Senhor de Israel.

E no dia seguinte a Agência Judaica anunciava que uma Comissão de Planejamento havia completado o esboço do governo judeu e que uma Comissão de Serviço Público já designara os 50 primeiros servidores civis. Havia sido também eleita uma Administração Nacional, constituída de 13 membros, precursora do governo de Israel. (Essa Administração Nacional foi imediatamente reconhecida e aceita pela população judaica da Palestina como o futuro governo de Israel.).

Foi ainda em meados do mês que ficou claramente revelado um dos objetivos britânicos nessa fase de liquidação do mandato. O alto-comissário convidou a comparecer à sua presença o grão-rabino Herzog, instando com ele para que os judeus abandonassem a Cidade Velha de Jerusalém (o acesso de judeus à mesma era impedido pelos britânicos). Respondeu Herzog que não poderiam fazê-lo, pois a eles estava confiada a guarda da herança de todas as gerações passadas de judeus; tratava-se portanto de um encargo sagrado.

A 16 de abril abriu-se a sessão especial das Nações Unidas, em ambiente descrito por García-Granados como de letargia e perplexidade. Esperavam os Estados Unidos ver aprovada sua proposta de administração pelas Nações Unidas, desde que, é claro, dela não participasse a URSS. Isso, porém, não se revelaria possível, pois – estragando os planos cuidadosos do State Department e do Foreign Office – a 25 de abril foi Semyon Tsarapkin designado delegado soviético no Trusteeship Council, organismo do qual a União Soviética sempre se recusara a fazer parte; daí a surpresa e decepção anglo-americana. Oradores intermináveis sucediam-se na tribuna, repetindo argumentos já mais que repisados. O delegado neozelandês, Sir Carl Berendsen, quase perdendo a paciência, desabafou: “O que as Nações

Unidas precisam não é de resoluções e sim de resolução”. Para os sionistas e seus simpatizantes, contudo, o essencial, a essa altura, era ganhar tempo, para que a decisão de 29 de novembro não fosse modificada, possibilitando assim, ao término do mandato (e faltava para isso menos de um mês), tornar o Estado Judeu um fato consumado.

Voltemos à Palestina, onde a manhã do dia 17 foi de intensa alegria em Jerusalém. A população em massa (alguns ainda de pijama) acorreu para saudar um imenso comboio que chegava, absolutamente incólume, após viagem de quatro horas e meia.⁶⁵ Era formado por cerca de 300 caminhões, transportando 1.000 toneladas de alimentos, armas e munições. Escrito a giz no primeiro caminhão estava o famoso versículo bíblico do Salmo 137: “Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, esqueça-se a minha mão direita de sua destreza”. O segundo caminhão vinha enfeitado com um ramalhete de flores silvestres, e o terceiro trazia pintado “Vivas a Jerusalém”. Harry Levin, presente à cena, escreveu: “Não sei o que me emocionou mais, se a visão de um caminhão atrás do outro, todos abarrotados, dobrando a curva, ou a animação dos motoristas⁶⁶ e escolta da Haganah ao entrarem na cidade”. Sobre a significação do acontecimento, passemos a palavra a Moshe Pearlman:

Este sucesso elevou tremendamente o moral judaico, não só em Jerusalém como em todo o país. Pois fez mais do que abrir contato com a Cidade Santa e proporcionar alimentos, armas e munições a judeus à beira da fome. Era um ato de fé que levava a população inteira a compreender que obstáculo algum era grande demais. Os judeus sabiam que tinham pela frente batalhas muito mais árduas. Mas se a estrada de Jerusalém pôde ser aberta contra oposição tão forte, se caminhões judaicos podiam ser impelidos por uma estreita faixa de estrada flanqueada por muitos milhares de árabes ansiando por matar, então, sentiram os judeus, nada era impossível. Essa operação teve também o efeito de fortalecer a confiança do povo em

⁶⁵ O comboio partira de Hulda (base de suprimentos para Jerusalém) e para lá retornaria, no mesmo dia, também sem incidentes. A estrada encontrava-se, temporariamente, sob inteiro controle da Haganah. Três dias depois, dar-se-ia a chegada de novo comboio (vide adiante), mas depois disso os árabes voltariam a fechá-la e a partir daí os judeus só teriam novamente acesso a Jerusalém ao ser completada, seis semanas mais tarde, a estrada apelidada “Estrada da Birmânia”.

⁶⁶ Nem todos os motoristas, porém, vieram espontaneamente: muitos tiveram que ser “convocados” pela Haganah.

seus líderes, que haviam claramente demonstrado imaginação elevada, audácia e coragem.

No dia 18 a cidade de Tiberíade caiu totalmente em mãos judaicas (era a primeira cidade palestinese a ser inteiramente ocupada pela Haganah); foi a mesma abandonada por toda sua população árabe, num total de 6.000 pessoas (47% da população total da cidade), dirigindo-se alguns para Nazaré e outros para a Transjordânia. A evacuação foi realizada com auxílio e sob orientação de forças britânicas. Nessa mesma data o alto-comissário propôs uma suspensão de fogo restrita, limitada a Jerusalém (onde parte da Cidade Nova se achava sob fogo árabe proveniente das elevações de Sheik Jarrah). A Agência Judaica mostrou-se de pleno acordo, mas o Comitê Superior Árabe respondeu com uma recusa categórica.

Ainda do dia 18: o comandante britânico em Haifa, major-general Sir Hugh Stockwell, convocou à sua presença Harry Beilin (oficial de ligação da Agência Judaica), informando-o que as forças britânicas se retirariam da cidade para se concentrarem apenas na zona portuária, estando o fim da operação previsto para daí a 48 horas, ou seja, dia 20. Stockwell convocou também o comandante árabe⁶⁷, que não apareceu; o general inglês pôs-se então a procurá-lo no bairro árabe e não o encontrando fez sua comunicação aos líderes civis da comunidade árabe. A Haganah deu imediatamente início às primeiras providências para a conquista da cidade⁶⁸.

No dia 20 de abril, enquanto se iniciava a batalha pela posse de Haifa (no transcorrer da qual os ingleses se manteriam realmente neutros), chegava a Jerusalém outro grande comboio (294 caminhões, segundo Levin); esse, porém, teve sua retaguarda atacada pelos árabes em Bab el Wad, sofrendo severas baixas: 6 mortos, 24 feridos e 36 caminhões destruídos ou danificados. No mesmo dia anunciou o governo a suspensão gradual, até 30 de abril, de todo o serviço postal em Jerusalém, inclusive correspondência para o exterior. Também os tribunais haviam praticamente

deixado de funcionar, limitando-se os advogados de Jerusalém exclusivamente a testamentos⁶⁹.

No dia seguinte já era tão patente a superioridade da Haganah em Haifa (tanto o planejamento quanto a execução de toda a operação foram considerados perfeitos)⁷⁰, que Stockwell se ofereceu para ser o mediador da rendição árabe. (A resistência árabe enfraquecera sensivelmente quando descobriram que seu comandante abandonara a cidade, deixando um recado em que dizia ter saído para buscar reforços...). A luta cessou às 9 da manhã do dia 22⁷¹, e às 4 da tarde representantes judeus encontraram-se com representantes árabes, sob a presidência de Stockwell, na Prefeitura de Haifa. Tomou a palavra, inicialmente, o prefeito judeu de Haifa, Shabatai Levy. Fez ele um apelo aos árabes para que permanecessem em Haifa, dizendo que durante quarenta anos judeus e árabes haviam ali vivido em paz, e que poderiam perfeitamente continuar assim. Salientou desejar que os árabes ficassem, como cidadãos iguais em todos os sentidos, prosseguindo livremente com seu modo de vida e negócios habituais. (Não se pode pôr em dúvida a sinceridade do prefeito Shabatai Levy; e além disso a própria Haganah estava interessada na permanência da população árabe, pois seria difícil manter aberto o porto de Haifa sem a mão de obra árabe.). As condições para rendição estabelecidas pelo comando da Haganah (e que foram consideradas por Stockwell como razoáveis e moderadas) eram: entrega de todas as armas à Haganah; toque de recolher nos quarteirões árabes; controle da cidade pela Haganah; direitos e deveres iguais para todos os moradores (tanto judeus quanto árabes). A delegação árabe retirou-se, declarando precisar entrar em contato com os países árabes para consultá-los. Mas foi ao extremista Comitê Superior Árabe (então em Damasco) que recorreram.

Às 19 horas voltavam ao prédio da Prefeitura os quatro membros cristãos da delegação árabe (os dois outros membros, muçulmanos, não mais apareceram). Vinham com o semblante carregado, contrastando com sua atitude amistosa e franca de horas antes. Anunciaram que não

⁶⁷ Era ele Amin Az ad-Din, ex-oficial da Força de Fronteira Transjordana (depois Legião Árabe).

⁶⁸ Stockwell dissera a Beilin que segundo cálculos do serviço secreto britânico a Haganah necessitaria de 4 000 homens para ocupar a cidade. A Haganah, porém, só dispunha, para a operação, de 560 homens (os árabes, contudo, embora também não se soubesse disso, igualmente, não tinham muito mais).

⁶⁹ Harry Levin: "Todos estão fazendo seus testamentos."

⁷⁰ A operação foi planejada e executada sob a direção de Moshe Carmel e Mordechai Maklef, este futuro chefe do Estado-Maior do Exército de Israel.

⁷¹ Bevin, ao tomar conhecimento da vitória da Haganah em Haifa, teve um assomo de fúria e consternação...

assinariam armistício algum, nem qualquer outra espécie de documento, com a Haganah, pois isso seria degradante. Pediram, todavia, aos judeus que permitissem à população árabe abandonar a cidade, por não quererem viver um só dia sob domínio judeu; concluíram declarando: “Não os reconhecemos, e voltaremos quando não estiverem mais aqui”. Stockwell perguntou aos quatro árabes se haviam enlouquecido; Shabatai Levy, com lágrimas escorrendo pela face, implorou-lhes que ficassem. Mas em vão: no dia seguinte outros 20.000 árabes abandonavam seus lares, deixando a cidade; a maioria foi por mar, em transporte fornecido pelos britânicos, para o Líbano.

Os governantes árabes continuavam, cada vez mais abertamente, a proclamar suas intenções agressivas. Assim, no mesmo dia em que cessava a luta em Haifa, temos a assinalar dois pronunciamentos: o primeiro de Jamil Mardam (primeiro-ministro da Síria), anunciando que a Liga Árabe lutaria “em terra, mar e ar até alcançarmos a vitória”; o segundo, do rei Abdullah, conclamando todos os países árabes a se unirem ao seu exército num movimento “para conservar o caráter árabe da Palestina quando os britânicos encerrarem seu governo mandatário a 15 de maio”. (Três dias depois anunciou-se em Bagdá que a sugestão de Abdullah fora aceita e que acordo completo havia sido alcançado quanto à cooperação entre os exércitos da Liga Árabe.).

E ainda a 22 de abril – a Administração Nacional Judaica enviou, de Tel Aviv, a todos os prefeitos e presidentes de conselhos municipais a seguinte circular:

Prezado senhor,

A Administração Nacional tratou em sua reunião de 21 de abril de 1948 da questão das repartições governamentais, e decidiu notificar ao senhor e a todos os demais chefes de municipalidades e conselhos locais que todas as repartições do governo cessante e propriedades pertencentes aos governos central e distritais passarão para a Administração Nacional como sucessora do governo mandatário.

A 23 de abril decidiu-se afinal o Conselho de Segurança a tomar uma providência, embora de efeito quase nulo: designou uma Comissão de Trégua, constituída pelos cônsules, em Jerusalém, dos Estados Unidos, França e Bélgica, respectivamente Thomas C. Wesson, René Neuville e Jean Neiuwenhuys, este último presidente. Tal comissão quase nada de

concreto conseguiria⁷², limitando-se praticamente à emissão de um relatório, uma semana depois (vide adiante).

Na madrugada de 25 a Haganah atacou Sheik Jarrah (onde, convém lembrar, ocorrera o massacre do comboio que se dirigia ao Hospital Hadassah). A resistência dos árabes (cujas forças no local eram constituídas em sua maioria por sírios e iraquianos) foi tenaz, mas quando já havia quase cessado deu-se inopinada intervenção de tropas britânicas que – sem qualquer aviso prévio – começaram a atirar sobre as posições judaicas. Só depois viria a ordem: judeus não poderiam ficar em Sheik Jarrah porque esse local controlava a rota prevista para a evacuação britânica a 15 de maio⁷³. Recusa da Haganah (seus homens receberam instruções para resistir a qualquer tentativa de desalojamento), ameaçando então os ingleses recorrer à artilharia pesada. Às 19 horas a ameaça foi cumprida: à luz de poderosos refletores os canhões pesados britânicos entraram em ação, matando 36 e ferindo mais de 40. À Haganah não restou outro recurso senão a retirada. (Sheik Jarrah ficaria em poder dos britânicos até 15 de maio).

25 de abril foi também a data da última entrevista de Ben-Gurion com o alto-comissário. Disse este: “É verdade que estamos de saída, mas ainda nos encontramos aqui. Não queremos ameaçar, mas o exército necessita de linhas de comunicação para sua retirada e estas não devem ser prejudicadas. Se forem, teremos de usar nossa força máxima”. Respondeu Ben-Gurion: “Nossa política é não mexer com o exército britânico, não só porque ele é forte como também porque não temos interesse em fazê-lo. Pelo contrário, procuraremos facilitar-lhe o quanto nos for possível. Dentro dos limites da autodefesa estamos preparados para oferecer qualquer facilidade que o exército requeira para sua evacuação”. Adiante, com o prosseguimento da conversa, o alto comissário indagou por que os judeus não evacuavam as áreas fronteiriças, ao que respondeu Ben-Gurion: “Os senhores também não evacuaram a Inglaterra. Este é o nosso país, assim como a Inglaterra é o seu”.

⁷² Dov Joseph: “Os cônsules eram quando muito uma equipe pobre”. E Harry Levin: “Nenhum deles muito esperançoso. Mas eles, ao menos, se encontram aqui.”

⁷³ Observação de Harry Levin: “Que bandos armados árabes a mantenham é permissível, aparentemente, mas judeus armados não.”

Enquanto isso, em reunião da Administração Nacional, era escolhido, ainda em caráter experimental, o nome Israel para o futuro Estado.

No mesmo dia (e quase à mesma hora) em que a Haganah iniciava seu ataque a Sheik Jarrah, lançava o Irgun, por sua própria conta, um ataque frontal ao bairro de Manshiya, na parte norte de Jaffa (esse bairro era como que uma espécie de península, avançando por Tel Aviv a dentro)⁷⁴. Participavam da operação uns 600 homens, com abundante munição, pois dias antes o Irgun assaltara um trem militar britânico (Beigin qualificou essa ação de “confisco”, aduzindo que o trem levava armas e munições para Kaukji; duas semanas antes fora realizado um “confisco” semelhante num acampamento militar britânico próximo a Pardess Hannah)⁷⁵. Novamente a resistência árabe foi obstinada, e o comando do Irgun procurou então um entendimento com a Haganah⁷⁶. Já no dia 27, porém, às 9 horas da manhã, unidades avançadas do Irgun atingiam a praia, isolando Manshiya do restante de Jaffa. Mas ali a atitude dos ingleses foi bem diferente da que tiveram em Haifa (soube-se que Bevin dera pessoalmente instruções para que a captura de Jaffa pelos judeus fosse evitada a todo custo). Reforços britânicos (um batalhão blindado e um regimento de artilharia) foram apressadamente trazidos de Chipre, e um setor de Tel Aviv foi atacado não só por canhões mas até por aviões britânicos. Todavia, transcorridos alguns dias, chegar-se-ia a uma espécie de trégua, com unidades da Haganah substituindo as do Irgun em Manshiya. (Essa trégua, porém, limitava-se à cidade, prosseguindo a Haganah em operações contra aldeias vizinhas.).

O ataque a Jaffa provocou um novo êxodo árabe, por terra e por mar, dia e noite; sob proteção britânica dirigiam-se, em sua maioria, para o Egito e o Líbano⁷⁷. Líderes árabes de Jaffa foram a Damasco, solicitando ao

⁷⁴ Não há dúvida de que o objetivo fora bem escolhido, pois Jaffa constituía a ameaça mais séria a Tel Aviv.

⁷⁵ As munições foram temporariamente armazenadas nas adegas de Zikhron Yaakov e nas residências da família Aaronsohn (da rede de espionagem Nili, ao tempo da Primeira Guerra Mundial). Beigin: “Será que o bom e nobre barão Rothschild jamais sonhou que um dia soldados hebreus despejariam granadas em vez de vinho nas suas queridas adegas?” (Para o ataque a Manshiya os rapazes do Irgun foram transportados, de várias partes do país, em veículos igualmente “confiscados”).

⁷⁶ Beigin diz que foi a Haganah que procurou o Irgun... De qualquer maneira chegou-se a um entendimento. (O ponto de vista da Haganah era que o ataque do Irgun fora prematuro, e que uma vez os britânicos fora da cidade, esta cairia como um fruto podre.)

⁷⁷ Todo o funcionalismo civil britânico já havia abandonado Jaffa a 15 de abril.

Ministério da Defesa sírio armas para defender a cidade; o pedido foi recusado, sendo-lhes oficialmente aconselhado abandonar a cidade, “que de qualquer modo seria em breve libertada pelos exércitos invasores árabes”. Também de Jerusalém emigravam árabes, passando para a Transjordânia numa média de 600 por dia.

No dia 28 os sionistas obtiveram outra espécie de êxito, esse nos Estados Unidos e no terreno diplomático, graças a uma intervenção do presidente Truman. Quer porque o presidente americano quisesse demonstrar seu desacordo com as manobras do State Department⁷⁸, quer (como acham alguns) porque fosse ano de eleições (diz Kirk: “O abandono pelo governo, em março, do plano de partilha da Assembleia Geral teve um efeito desfavorável sobre as perspectivas do Partido Democrata no Estado de New York.”), o fato é que nessa data Truman exonerou Loy W. Henderson (que vinha sendo objeto de frequentes críticas sionistas) das funções de assistente especial do secretário de Estado para questões relativas à Palestina, nomeando em seu lugar o major-general J. H. Hilldring. Este, como delegado-substituto junto à Assembleia Geral revelara-se, meses antes, ardoroso partidário do estabelecimento de um Estado Judeu. Com essa nomeação podia-se presumir que o governo americano não depositava mais esperanças em suas tentativas de adiar ou anular a partilha.

No mesmo dia foi negociado um acordo para cessação de fogo na Cidade Velha de Jerusalém. Embora sendo apenas breve pausa para a tão sacrificada população judaica local, não deixava, contudo, de representar momentâneo alívio do ponto de vista do abastecimento alimentar (o último comboio de víveres cuja entrada fora permitida pelos ingleses ali chegara já há uma quinzena, mas com todos os sacos de mantimentos perfurados por baionetas de soldados britânicos, que também passaram detetores de minas até sobre os pães).

No dia seguinte o Dr. Pablo de Azcárate, chefe do pequeno grupo precursor da Comissão para a Palestina, anunciou, com convicção, não só que a partilha da Palestina era um fato consumado (embora os ingleses

⁷⁸ Não era só o Departamento de Estado que se procurava opor à criação de um Estado Judeu. Também o secretário da Defesa, James Forrestal, era radicalmente contra (a pretexto de assim assegurar o suprimento de petróleo aos Estados Unidos) – e tanto e tão violentamente insistia nisso que chegou a enfurecer Truman.

ainda parecessem duvidar disso), como também – e isso constituía para muitos uma previsão assaz arriscada – que os judeus eram capazes de defender o que consideravam como sendo deles.

Na madrugada de 30 lançou a Haganah um ataque (o segundo, pois o primeiro fracassara) a Katamon, elegante e rico subúrbio residencial árabe-europeu a sudoeste de Jerusalém (ali residiam, antes de irromperem as hostilidades, altos funcionários britânicos e árabes), ocupado pelos árabes que o transformaram em posição fortificada de onde atiravam sobre os bairros judeus próximos. (Suspeitava-se que os árabes pretendiam utilizar Katamon como base para dali lançar um ataque de grande envergadura visando a conquista de toda a cidade de Jerusalém.) A principal posição árabe em Katamon (e onde a resistência se revelaria mais forte) era o mosteiro greco-ortodoxo de São Simeão, estrategicamente situado numa elevação que dominava todas as áreas adjacentes, e ocupado por soldados iraquianos (presumivelmente também alguns alemães), que ali instalaram seu quartel –general⁷⁹. A luta foi árdua, prolongando-se por mais de 24 horas. Finalmente foram os árabes forçados à retirada, deixando uns 80 mortos (as baixas judaicas foram de 10 mortos e 60 feridos). Assegurando seu domínio em Katamon, a Haganah livrou a Cidade Nova de Jerusalém da grave ameaça que pesava sobre ela; não pôde, porém, ampliar sua vantagem (com a queda de Katamon começava a ser quebrada a resistência árabe em toda a parte sul de Jerusalém) porque os ingleses impuseram, dois dias depois de iniciada a operação, uma ordem de cessação de fogo, advertindo que, caso fosse a mesma violada, tropas britânicas entrariam em ação.

Ainda a 30 temos a manifestação da Comissão Consular de Trégua, enviando telegraficamente à ONU um relatório sobre a situação da Palestina. Nesse relatório destacamos:

A situação geral da Palestina está-se deteriorando rapidamente. Repartições governamentais são fechadas. As atividades normais do país aproximam-se da paralisação. A Agência Judaica age como um organismo organizador geral nas áreas judaicas, tentando substituir as atividades governamentais suspensas. As áreas árabes dependem de autoridades municipais sem autoridade central. As facilidades telegráficas cessaram em quase toda parte, bem como as telefônicas.

⁷⁹ O comandante iraquiano, Ibrahim Abu Dayyeh, fugiu logo ao início da batalha, o que todavia não arrefeceu a resistência dos seus homens.

A intensidade da luta aumenta gradativamente. Acampamentos militares e outras áreas importantes evacuadas pelas forças britânicas transformam-se imediatamente em campos de batalha⁸⁰. Operações mais importante e de maior envergadura do que em Haifa são esperadas para breve. Boatos tendem a aumentar a tensão nervosa no país.

A Comissão Consular não exagerava ao afirmar que as atividades normais do país se aproximavam da paralisação. Eis como Jon Kimche descreveu a debandada dos britânicos: “Eles fechavam um departamento após outro. Eles deixaram de coletar impostos, de registrar veículos, de manter controle sanitário; arquivos eram dispersos e destruídos, e toda a maquinaria do governo fechada de forma tal que nem o mais feroz anarquista poderia em seus mais apaixonados sonhos ter imaginado”. E daí, concluía aquele jornalista: “Aqui estava o passo decisivo que obrigou os judeus a criar seu próprio Estado.”

A extrema gravidade da situação refletiu-se na medida tomada pelos dirigentes judeus a 2 de maio: mobilização geral de todos os homens até a idade de 40 anos⁸¹; para as mulheres o serviço militar integral era ainda voluntário, o que não impedia, por exemplo, que na Palmach (as tropas de choque, tipo “comandos”, da Haganah), então com um efetivo total de aproximadamente 5.000, mais de 20% (ou seja cerca de 1.200) fossem moças.

No dia 3 de maio nova manobra britânica na ONU contra a decisão de partilha. O secretário das Colônias, Creech Jones, falando perante o Comitê Político, manifestou sérias dúvidas quanto à possibilidade de se estabelecer na Palestina qualquer administração temporária das Nações Unidas devido ao escasso tempo que ainda restava; além do que, disse ele, árabes e judeus faziam objeções a tal solução, “que ambos consideram como tutela”. Em vez disso propôs fosse instituída na Palestina uma autoridade de emergência, incumbida de controlar os serviços essenciais e

⁸⁰ O governo de Londres ordenara que as fortalezas policiais estrategicamente situadas e outras propriedades governamentais fossem entregues, com prioridade, aos árabes.

⁸¹ Até então, não obstante os insistentes pedidos do comando da Haganah, os líderes da Agência Judaica e do Vaad Leumi haviam relutado em autorizar a convocação de homens casados com mais de 25 anos. (As organizações dissidentes – Irgun e Grupo Stern – organizaram suas próprias campanhas de mobilização, é claro que em escala muitíssimo mais reduzida.)

da custódia dos bens governamentais, cujo núcleo seria a Comissão de Trégua das Nações Unidas, acrescida de uma ou duas pessoas familiarizadas com os problemas do país e que inspirassem respeito à população. (Comentário de García-Granados: “O objetivo dessa sugestão, não tive dúvidas, era que esses cavalheiros persuadissem os judeus a não estabelecer seu Estado no dia 15.”).

Logo no dia seguinte o embaixador cubano Guillermo Belt (partidário fervoroso da causa árabe) propôs a criação de um subcomitê que ficaria incumbido de preparar uma administração de emergência para a Palestina de acordo com as sugestões de Creech Jones. Sua proposta foi logo aprovada (o que leva a crer que Belt não agiu por contra própria), sendo designados para esse novo órgão os seguintes países: Argentina, Bélgica, Canadá, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Noruega, Polônia e União Soviética. Para relator foi escolhido Finn Moe, da Noruega, a quem se solicitou elaborar um plano especificando as providências cabíveis para a instalação de um tal regime provisório.

Na Palestina, porém, os líderes judeus prosseguiram, sem esmorecimento, nos seus preparativos para o estabelecimento do Estado. Nesse mesmo dia 4 – em que a ONU ainda procurava tatear no verdadeiro beco sem saída para onde a conduzira a política anglo-americana – realizava-se, à noite, em Tel Aviv, a primeira sessão do Conselho Nacional Provisório, constituído de 37 membros escolhidos com base na força relativa dos vários partidos políticos (com exceção dos terroristas)⁸². O discurso de abertura foi proferido por Ben-Gurion, na presidência dos trabalhos, que declarou: “Exerceremos os poderes de um Estado, quer sejamos ou não autorizados a fazê-lo”.

Enquanto isso, em Jerusalém (onde a população judaica vivia sobressaltada – quem saísse à rua arriscava-se a levar um tiro de um árabe de tocaia), realizavam-se conversações para um cessar-fogo em toda a cidade. Mas nada resultava das mesmas, pois as condições árabes e judaicas eram inteiramente opostas: as judaicas (conforme divulgadas em entrevista coletiva por Walter Eytan, porta-voz da Agência Judaica em Jerusalém) incluíam a abertura da estrada Tel Aviv-Jerusalém e livre acesso à Cidade

⁸² Comentário de Harry Levin: “O glorioso privilégio desses homens, de serem os padrinhos do Estado renascido, após 2 000 anos!”

Velha, ao passo que os termos árabes eram a estrada Tel Aviv-Jerusalém mantida fechada e abastecimento de víveres e água para os judeus de Jerusalém a cargo dos árabes (seria piada?).

Os britânicos, contudo, ainda mantinham em Jerusalém forças armadas consideráveis, conseguindo assim impor aí, a 8 de maio, quase de surpresa, uma precária cessação de fogo, mantida, sob a ameaça constante de sua artilharia pesada, até o dia 14. Foi isso feito à revelia da Comissão de Trégua da ONU⁸³, como se o governo quisesse, diz Harry Levin, “mostrar ao mundo ser capaz de conseguir o que a Comissão de Trégua da ONU não conseguia”. A Haganah, porém, advertiu numa Ordem do Dia que se tratava apenas de “um instrumento temporário para um curto período de tempo”, e a Agência Judaica informou que não acataria a cessação de fogo se esta se revelasse como manobra para possibilitar aos árabes consolidar suas forças. Ao mesmo tempo, em Amã, o rei Abdullah dizia a jornalistas: “Eu não aceitei a cessação de fogo. A 15 de maio invadirei a Palestina”.

Ainda a 8 de maio – Shertok voou para Washington a fim de avistar-se com o general George Marshall, secretário de Estado. A conferência durou hora e meia, achando-se presente à mesma o subsecretário de Estado, Robert A. Lovett. Tanto o secretário quanto o subsecretário descreveram a situação da Palestina como desastrosa e capaz de se transformar em ameaça à paz mundial. E acrescentou Lovett: se os judeus persistissem no rumo que haviam traçado, então não procurassem ajuda dos Estados Unidos em caso de invasão. Respondeu Shertok que não se cogitava absolutamente de solicitar ajuda ao governo americano – desejava-se apenas que este se abstivesse de interferir com relação ao cumprimento da resolução de 29 de novembro. Ao final da entrevista disse Marshall: “Não me cabe dar-lhe conselhos. Mas como militar quero dizer-lhe: não confie em seus conselheiros militares. Eles alcançaram apenas alguns êxitos. O que acontecerá se houver uma invasão prolongada? Ela os enfraquecerá. Eu tive experiência disso na China⁸⁴. Inicialmente houve vitórias fáceis. Agora já estão lutando há dois anos e perderam a Manchúria. Entretanto, se acontecer que o senhor tenha razão, se conseguirem estabelecer o Estado Judeu, ficarei contente. Mas sua responsabilidade é muito séria”.

⁸³ As autoridades judaicas também não haviam sido consultadas.

⁸⁴ Durante o ano de 1946 o general Marshall fora embaixador dos Estados Unidos na China, então em plena guerra civil.

A ameaça de invadir a Palestina foi repetida por Abdullah no dia seguinte⁸⁵, acompanhada pela decretação da mobilização geral na Transjordânia.

Na Palestina judaica, a 9 de maio, o evento do dia foi a inauguração, em Jerusalém, do serviço postal judaico (o primeiro serviço judeu de correios de toda a História). Os selos, provisórios, eram selos do Fundo Nacional Judaico, em que se achava representado um mapa da Palestina partilhada sobre o qual fora impressa a palavra *Doar* (que significa “correio” em hebraico)⁸⁶. “Um grande incentivo moral” no dizer de Harry Levin. Achava-se em funcionamento, de modo um tanto precário, um serviço telegráfico, mantido pelo serviço de transmissões da Haganah. Enquanto isso, em Tel Aviv, era lançado pelo Conselho Nacional um empréstimo abrangendo todo o país e no montante de 5.000.000 de libras. (Esse empréstimo foi qualificado por Ben-Gurion como “o primeiro ato nacional no limiar de nossa independência”).

Chegamos assim ao dia 10 de maio. O rei Abdullah, não obstante suas frequentes e violentas manifestações de belicosidade, era ainda o mais moderado e tratável entre os dirigentes árabes. Decidiu consequentemente o Executivo da Agência Judaica empreender, nestes derradeiros dias que precediam o melancólico crepúsculo do mandato, um esforço de última hora para chegar a um acordo com Abdullah, na base da anexação da Palestina árabe à Transjordânia e sem entrar esta em guerra com os judeus. Assim, nessa data, Golda Meyerson (do Executivo da Agência Judaica), disfarçada de mulher árabe e acompanhada somente por Ezra Danin, conselheiro para assuntos árabes do Departamento Político da Agência Judaica, atravessou as linhas da Legião Árabe encontrando-se com Abdullah na casa do motorista particular deste, em Amã. O rei, deprimido e preocupado, com o semblante sombrio, afirmou que estava tudo acabado, que ele não podia mais agir só: “agora sou um dentre cinco”; dentro de três dias os exércitos árabes reunidos se poriam em marcha. Mas – “Por que estavam os judeus com tanta pressa de estabelecer seu Estado?” Retrucou a Sra. Meyerson: acreditava Sua Majestade que uma espera remontando a dois mil anos podia ser chamada pressa? Insistiu Abdullah – se pudessem adiar a proclamação do Estado por mais uns dois anos, e cessarem a

imigração, então talvez lhe seria possível influir sobre seus colegas mais moderados no sentido de desistirem de seus preparativos de guerra. A proposta foi rejeitada. Disse Golda Meyerson: “Se V. M. quer a guerra, haverá guerra. Quem sabe, poderemos encontrar-nos novamente após o estabelecimento de nosso Estado”. No seu caminho de volta à Palestina a Sra. Meyerson e seu companheiro puderam ver, à distância, o exército invasor iraquiano (organizado e treinado por uma missão militar britânica) avançando rumo à fronteira palestinese com equipamento pesado e abundante artilharia.

Na mesma data outra grande vitória da Haganah: a conquista da velha e estratégica cidade de Safed (chave para toda a Galileia Oriental), contra forças inimigas quase dez vezes superiores e após mais de uma semana de árdua luta nos arredores. Na própria cidade o combate se travou casa por casa, e até aposento por aposento. O assalto foi apoiado por fogo de morteiros⁸⁷, inclusive da “arma secreta” da Haganah: a *davidka* (assim chamada em homenagem ao seu inventor, o engenheiro David Abramowitz) – era uma espécie de morteiro, volumoso e pesado, de fabricação caseira, utilizando um pedaço de cano de 6 polegadas; lançava, não muito longe, projéteis (relativamente grandes) contendo fragmentos metálicos. A precisão dessa arma era pequena, mas em compensação o barulho era bem grande. O efeito psicológico da tremenda barulheira foi realmente fantástico – para isso contribuindo também o concomitante desencadeamento de uma tempestade acompanhada de chuva, a primeira de que havia notícia ali no mês de maio – levando os árabes a fugir da cidade pensando tratar-se duma arma atômica⁸⁸...

11 de maio – sessão secreta do Senado egípcio: o primeiro-ministro Mahmud Fahmi an-Nukrashi solicitou (e obteve) aprovação para a invasão da Palestina. Na ocasião o primeiro-ministro egípcio citou a opinião de peritos britânicos de que os sionistas estariam definitivamente derrotados dentro de no máximo duas semanas (isso talvez explique a voracidade e a afobação com que os países da Liga Árabe se lançariam contra o Estado

⁸⁵ Comentário de Harry Levin: “Com ele isso se está tornando um hábito cotidiano.”

⁸⁶ As cartas para fora de Jerusalém seriam transportadas por um pequeno avião monoplane.

⁸⁷ Os judeus, ao contrário dos árabes, não dispunham de artilharia. (Ao se iniciar a guerra toda a artilharia israelense era constituída de apenas quatro canhões.)

⁸⁸ Numa das praças de Jerusalém ergue-se um modesto monumento em que se assenta uma exata reprodução da *davidka*. Também numa elevação próxima de Safed foi erguido um monumento à *davidka*. (As *davidkas* – aperfeiçoadas – estiveram em ação até outubro de 1948, sendo então relegadas à condição de ferro velho ou relíquia de museu.)

Judeu). No dia seguinte novas manifestações de belicosidade árabe. Abdullah: “Iremos para impor a paz contra os bandos de terror judaicos”. E Ibn Saud, rei da Arábia Saudita: “Minhas tropas também estarão lá”.

Estamos já agora no antepenúltimo dia do mandato. Não havia mais, na prática, governo central; fora ele suplantado, como diz Zeev Sharef, “por muitas e variadas autoridades irregulares”. O Escritório do secretário do governo, através do seu serviço de informações, emitiu o Comunicado Oficial nº 156, do seguinte teor:

Legalmente o Mandato termina imediatamente após a meia-noite da noite de 14-15 de maio.

Consequentemente Sua Exa. o alto-comissário sairá de Jerusalém para Haifa a 14 de maio, e à meia-noite zarpará de Haifa no navio de Sua Majestade *Euryalus*.

A Haganah alcançou novo êxito, ocupando depois de curta batalha a cidade de Beisan (no limite leste da planície de Esdraelon). A cidade foi encontrada praticamente vazia – quase todos os seus moradores haviam fugido, não obstante a promessa feita pelos oficiais da Haganah de que nenhum mal seria infligido aos habitantes pacíficos da cidade.

Às 10 horas da manhã teve início, em Tel Aviv, uma reunião da Administração Nacional, que se estenderia, com breves intervalos, até a noite. Metade do tempo foi dedicado a ouvir informações a respeito das ameaças externas, da situação interna e da atitude das grandes potências. Para relatar sobre a situação militar compareceram dois altos dirigentes da Haganah: Israel Galili, chefe do Comando Nacional, e Yigael Suekenik (depois Yadin), chefe de Operações⁸⁹. Retrataram eles a situação em cores sombrias – a principal deficiência era a escassez de armas, principalmente de longo alcance (dos aproximadamente 30.000 combatentes judeus então mobilizados apenas dois terços se achavam equipados com armas); força aérea praticamente inexistente (os pouquíssimos aviões disponíveis não eram militares e achavam-se dilapidados); quanto ao moral dos soldados judeus, fora elevado enquanto tinham pela frente árabes palestinos, mas era ainda imprevisível o comportamento que teriam diante de blindados e

⁸⁹ Yigael Yadin, que atingiu no exército de Israel o posto de general de divisão, chegando a exercer a chefia do Estado-Maior, é atualmente professor de Arqueologia na Universidade Hebraica.

canhões. Galili, contudo, concluiu suas considerações com uma nota de ligeiro otimismo, declarando que havia alguma probabilidade de melhora dentro de uns sete e dez dias (isso porque consideráveis estoques de armas, já adquiridas, achavam-se no exterior ou a caminho, aguardando apenas oportunidade para serem introduzidas no país)⁹⁰.

Uma apreciação geral foi feita por Ben-Gurion. Presidindo ele a Administração Nacional, cabiam-lhe as decisões mais importantes e de maior responsabilidade⁹¹. Ouçamo-lo: “Acho difícil compreender agora qualquer outra linguagem que a linguagem da guerra. Qualquer outra linguagem soa-me como uma língua estranha que ouvi outrora e que, desde então, como se fora, caíra no olvido”. E adiante: “Sinto que a sabedoria de Israel *agora* é a sabedoria de guerrear, isso e nada mais, isso e somente isso”. Suas palavras conclusivas foram: “A situação é difícil e cheia de perigos. Não obstante, dados nossos valores morais, e desde que nosso potencial humano seja utilizado inteligentemente e o equipamento militar ampliado, teremos então todas as possibilidades de sucesso”.

Foram também discutidos o texto da declaração de independência e a situação específica de Jerusalém. E ficou decidido, sigilosamente, que o local para a cerimônia de declaração de independência seria uma sala do Museu de Tel Aviv; a hora foi também mantida em segredo. (Temia a Administração Nacional um bombardeio aéreo caso o local e a hora da cerimônia fossem divulgados publicamente.) A última questão a ser debatida foi a do nome do Estado Judeu, ficando decidido (não havia qualquer outra proposta) que seria Estado de Israel⁹². Eram então 23 horas.

No dia 13 prosseguiram febrilmente os preparativos para o Estado. Para a organização e funcionamento dos futuros ministérios (ainda não com essa denominação – eram então conhecidos pelo nome de Departamentos) recorria-se na maioria dos casos a pessoal já especializado da Agência

⁹⁰ Logo no dia seguinte um navio com um carregamento de peças de artilharia e munição foi interceptado, já próximo do litoral, por uma embarcação de patrulha britânica, que lhe ordenou não se aproximar da costa antes da meia-noite de sexta-feira 14.

⁹¹ Informa Zeev Sharef que para a execução de medidas e providências que lhe eram propostas aplicava então Ben-Gurion dois critérios: 1.º) “logo”, com referência a tudo que se relacionasse com a guerra; 2.º) “mais tarde”, quanto ao resto.

⁹² O nome tradicional hebraico Eretz Yisrael (Terra de Israel) foi considerado inadequado para um Estado que pela partilha das Nações Unidas recebera apenas uma parte da Palestina; daí a adoção de Medinat Yisrael (Estado de Israel).

Judaica e do Vaad Leumi. Pela Administração Nacional foram emitidos convites com o seguinte teor:

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL

Tel Aviv, 13 de maio de 1948

Prezado Senhor.

Temos a honra de convidá-lo para assistir à

SESSÃO

de

DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

que se realizará na sexta-feira, 14 de maio de 1948, às 16 horas, no Salão do Museu (Boulevard Rothschild, 16).

Pedimos manter em segredo o conteúdo deste convite e a hora da reunião do Conselho.

Solicita-se aos convidados chegar ao local às 15:30h.

O Secretariado.

Este convite é pessoal.

Traje: festivo escuro.

Devido à reduzida capacidade do local, o número de convidados teve de ser grandemente restringido, o que causou não poucas decepções⁹³.

Em Haifa aportou a embarcação *Andrea*, com 360 “ilegais” a bordo. Não havia mais nenhum funcionário britânico do controle de fronteiras em serviço, e assim todos os passageiros puderam desembarcar tranquilamente, sob os cuidados e controle do Departamento de Imigração da Agência Judaica.

Na mesma data o comandante-em-chefe das forças britânicas na Palestina, general Gordon Holmes Alexander MacMillan, emitiu uma série de proclamações estabelecendo, entre outras providências relacionadas com a retirada britânica (em sua maioria providências de caráter policial-militar),

⁹³ Comenta Zeev Sharef, a quem coube a redação do convite: “Era triste, mesmo, testemunhar a angústia de muitos sionistas veteranos e dedicados homens públicos que tinham todo o direito de esperar um convite.”

uma área de ocupação militar. Essas proclamações vinham com o seguinte preâmbulo:

A retirada das forças britânicas da Palestina começará ao término do Mandato. Essas forças serão retiradas com a maior presteza possível. A área de ocupação será reduzida gradativamente à medida que se for processando a evacuação.

Às 3:30h da tarde quatro representantes da cidade da Jaffa (a maior cidade predominantemente árabe da Palestina), constituindo o Comitê de Emergência de Jaffa (o prefeito da cidade saíra “em viagem” uma semana atrás, não mais voltando), assinaram com a Haganah um acordo de capitulação. Por esse documento (redigido e assinado em inglês) os signatários árabes – um grande proprietário de plantações de frutas cítricas, um líder da comunidade greco-ortodoxa, o lugar-tenente do comandante iraquiano e um conselheiro municipal – comprometiam-se a “cumprir todas as instruções dadas e a serem dadas pelo Comandante da Haganah, Distrito de Tel Aviv, e/ou por qualquer oficial por ele designado”. Dos 70.000 habitantes árabes da cidade permaneceram apenas 4 000 (a maioria fugira, com auxílio britânico, usando a rota marítima), e esses, na tarde da rendição, se trancaram todos em suas casas. Foi, pois, numa cidade de ruas desertas que a Haganah estabeleceu um governo militar (o governador militar foi designado por Ben-Gurion). No porto foi encontrado, intacto um carregamento de elegantes móveis para escritório, encomenda do governo da Transjordânia. “Chegou bem na hora”, diz Sharef, pois as repartições judaicas em organização se ressentiam grandemente da falta de mobiliário.

Se os poucos árabes que restavam em Jaffa se achavam acabrunhados, já os da Cidade Velha de Jerusalém e arredores estavam eufóricos, pois nesse dia deu-se a queda – inevitável, nas circunstâncias – das quatro pequenas colônias coletivas judaicas que formavam o bloco ou grupo solitário de Kfar Etzion⁹⁴. Esse bloco, localizado 14 milhas ao sul de Jerusalém, em região montanhosa densamente povoada por árabes, achava-se isolado do resto da Palestina Judaica desde o mês de dezembro. Caiu diante da esmagadora superioridade da Legião Árabe (que, sem cerimônia, nem esperou pelo término do mandato)⁹⁵. De toda a população de Kfar

⁹⁴ Essas quatro colônias eram: Kfar Etzion, Massut-Itzhak, Ein-Zurim e Revadim.

⁹⁵ A Legião Árabe – convém lembrar – era a mais poderosa formação militar árabe, mantida e constantemente melhorada sob inspiração e com apoio britânico. Os ingleses, porém,

Etzion só conseguiram escapar com vida três homens e uma menina (15 homens que se renderam foram, logo após terem entregue suas armas, metralhados por um árabe palestinese – estavam eles em fila, a pedido de um oficial da Legião que queria fotografá-los; a menina sobreviveu por ter sido salva das mãos de um bando de camponeses árabes por outro oficial da Legião). À noite a artilharia da Legião Árabe já bombardeava os subúrbios de Jerusalém.

Às 6 da tarde teve início em Tel Aviv a última reunião da Administração Nacional. Fora tal reunião convocada principalmente para considerar o texto da declaração de independência, redigido e apresentado por Moshe Shertok. Era um texto bastante longo, incluindo 12 considerandos. A loucura do texto foi objeto de críticas, chegando o rabino Fishman a lembrar uma frase do Talmud: “Muitas provas são trazidas a assuntos que não foram tornados suficientemente claros”. Decidiu-se afinal, por sugestão de um dos presentes, entregar o texto para que fosse feita a revisão do mesmo, a um pequeno subcomitê, constituído por Ben-Gurion, Shertok, rabino Fishman e Aharon Zisling. Ficou também resolvido que a iniciativa de organização de desfiles, desfraldar de bandeiras e outras manifestações festivas seria deixada à discrição das autoridades locais, bem como que o corpo consular em Tel Aviv seria convidado para a cerimônia do dia seguinte; e o rabino Fishman pediu e obteve consentimento para proferir uma bênção⁹⁶ ao fim da cerimônia, para a qual faltavam apenas 20 horas.

À noite o rádio transmitiu uma mensagem de despedida do alto-comissário. Começava assim:

Amanhã, à meia-noite, será virada a página final na história do mandato britânico na Palestina. No dia seguinte abre-se um novo capítulo e a história da Palestina prossegue.

Não é meu desejo, neste período da saída britânica, virar as páginas para trás e olhar o passado. Seria fácil ao fazê-lo dizer às vezes “aqui acertamos”, e sem dúvida outras vezes dizer “aqui erramos”. Nesta

recusaram-se a intervir, declarando não estar mais a Legião Árabe sob seu comando (o que aliás não impedia que do ataque a Kfar Etzion houvessem participado, no princípio do mês, tanques britânicos).

⁹⁶ Trata-se da bênção conhecida como Sheheheyanu (tradução literal: Aquele que nos manteve vivos), uma bênção especial de gratidão, proferida em ocasiões de júbilo.

complexa questão do governo da Palestina o caminho em frente nem sempre esteve claro, e o futuro muitas vezes ficou turvo. Quanto a isso ficaremos mais que satisfeitos em aceitar o julgamento da História.

E concluía da seguinte forma:

Nós que nos vamos temos experimentado nesses últimos anos uma grande tristeza; uma tristeza do muito que poderia ter sido realizado e que não foi possível fazer. A amizade e a boa vontade foram frustradas pelos acontecimentos.

Em nossas lembranças, porém, viverão muitas recordações felizes da Palestina, e em nossos corações permanecerá o desejo constante de que a cooperação, a boa vontade e a amizade possam ser restabelecidas entre nós, para nosso benefício mútuo no futuro.

Adeus⁹⁷.

Cruzemos novamente o Atlântico, detendo-nos nos Estados Unidos. Ao meio-dia dessa quinta-feira 13 de maio, recebeu o Dr. Weizmann, acamado e febril (devido a uma afecção respiratória), uma mensagem urgente de Washington para que submetesse imediatamente um pedido de reconhecimento do Estado. Algumas horas foram então dedicadas por seus conselheiros e assessores à elaboração de uma carta, estudando-se cuidadosamente cada linha antes da mesma ser-lhe apresentada para assinatura. A carta (endereçada a Truman) recebeu de Weizmann, quando por ele lida, total aprovação. Estava assim redigida:

Caro senhor presidente.

Os infelizes eventos destes meses não obscurecerão, espero, as contribuições muito grandes que vós, senhor presidente, fizestes para uma solução definitiva e justa das longas e aflitivas questões palestinas. A liderança que o governo americano assumiu sob vossa inspiração tornou possível o estabelecimento de um Estado Judeu, que, estou convencido, contribuirá acentuadamente para a solução dos problemas judaicos mundiais, e que, estou igualmente convencido, é uma preliminar necessária ao desenvolvimento de uma paz duradoura entre os povos do Oriente Próximo.

⁹⁷ Comentário de Harry Levin: “Foi uma despedida triste.”

Tanto quanto permitiam as condições práticas da Palestina, a população judaica dali tem procedido segundo as linhas traçadas pela Resolução das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947. Amanhã, à meia-noite, 15 de maio, terminará o mandato britânico, e o governo provisório do Estado Judeu, encarnando os melhores esforços do povo judeu e oriundo da Resolução das Nações Unidas, assumirá integral responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem dentro das fronteiras do Estado Judeu, pela defesa da área contra agressão externa, e pelo cumprimento das obrigações do Estado Judeu para com as outras nações do mundo de acordo com o Direito Internacional.

Considerando todas as dificuldades, as possibilidades para um ajuste equitativo das relações árabe-judaicas não são desfavoráveis. O que é necessário agora é que seja posto um fim à procura de soluções novas que invariavelmente têm mais retardado do que estimulado uma solução final.

É por essas razões que sinceramente espero que os Estados Unidos, que sob vossa liderança tanto fizeram para encontrar uma solução justa, reconhecerão prontamente o governo provisório do novo Estado Judeu. O mundo, acredito, considerará como especialmente apropriado que a maior das democracias vivas seja a primeira a apresentar à mais nova as boas-vindas à família das nações.

Respeitosamente,

Chaim Weizmann

Tendo apostado sua assinatura, sentiu-se Weizmann como que impregnado de uma sensação de alívio. Tinha consciência de ter dado o último passo que lhe era possível dar nos Estados Unidos pelo Estado que iria nascer no dia seguinte. E, diz Sharef, “não tinha forças para fazer mais”⁹⁸. Seu secretário particular, Dr. Josef Cohn, pegou o noturno para Washington a fim de entregar a carta pessoalmente na Casa Branca de manhã cedo no dia seguinte, sexta-feira.

Mas enquanto isso, nas Nações Unidas, um dos delegados americanos, o Dr. Philip Jessup – que já sugerira, em conversações mantidas com as delegações árabes e sionistas, o adiamento por dez dias do

⁹⁸ Antes disso, por mais de uma vez, enviara mensagens pessoais a membros do Executivo da Agência Judaica na Palestina instando-os a proclamar o Estado, custasse o que custasse.

término do mandato, e vira essa sugestão recusada por ambos (e pelos britânicos também) – tentava mais uma manobra dilatória, apresentando um projeto de resolução propondo a designação de um comissário (como isso lembrava o mandato!) para empreender negociações entre árabes e judeus, proteger os Lugares Santos e promover um acordo para o futuro governo da Palestina. Essa proposta foi apresentada no subcomitê ao qual nos referimos páginas atrás. Após várias horas de debate o título de Comissário foi substituído pelo de Mediador, ficando este autorizado não mais a tratar de qualquer “futuro governo da Palestina” mas sim a “promover um ajuste pacífico” da situação. A delegação americana, porém, não se conformou, anunciando que no dia seguinte, no comitê pleno, reabriria a questão.

Sexta-feira, 14 de maio de 1948. A Assembleia Geral das Nações Unidas, depois de rejeitar uma proposta de administração provisória para Jerusalém⁹⁹, discutia a designação de um Mediador para a Palestina¹⁰⁰, com instruções que, significativamente, não o obrigavam a ater-se à resolução da partilha. Antes, contudo, de vermos como terminaria a sessão desse dia retornemos à Palestina, neste último dia do mandato que, no dizer de Churchill, “estava terminando na desonra”.

Em Jerusalém, às 6:30h da manhã, a bandeira britânica era retirada do mastro no alto do King David Hotel (numa de cujas alas, como vimos, funcionaram a chefia do Secretariado do governo e o quartel-general das forças do exército britânico). Às 8 o general Sir Alan Gordon Cunningham, sétimo e último alto-comissário para a Palestina, de uniforme e com todas as suas insígnias e fitas de condecoração, saiu de sua residência oficial, a Government House (no monte Sion), passou em revista uma guarda de honra formada por 50 soldados, entrou em seu carro à prova de balas e rumou para Kallandia, um aeródromo ao norte de Jerusalém. Tinha um aspecto cansado; nenhum árabe ou judeu viera despedir-se dele. O

⁹⁹ Harold Evans, um quacre, foi todavia convidado a assumir em nome das Nações Unidas a presidência do Conselho Municipal de Jerusalém; embora aceitando, não demonstrou a menor pressa, nem chegando a assumir o posto.

¹⁰⁰ Para esse cargo seria escolhido, alguns dias depois, o conde Folke Bernadotte, presidente da Cruz Vermelha Sueca (diz-se que foi escolhido em parte por quase nada conhecer a respeito da Palestina). Morreria assassinado em 17 de setembro daquele mesmo ano numa rua de Jerusalém. O crime não chegou a ficar esclarecido, recaindo as suspeitas sobre elementos vinculados ao Grupo Stern (que, aliás, sairia completamente de atividade logo após esse crime).

comentário de Harry Levin, que assistia à cena de binóculo, parece-nos bem apropriado:

Assim termina a aventura que começara corajosamente trinta anos atrás. Eles então vieram com humildade, Allenby a pé, mas também com orgulho. Acompanhavam-nos a gratidão e as orações de milhões de corações judaicos. Agora saem desordenadamente, na escuridão e no caos, quase despercebidos. Tanto mais trágico porque a tragédia nunca foi inevitável, desde que a Grã-Bretanha permanecesse fiel ao seu encargo e às suas próprias tradições e sabedoria. Aqueles que conhecem a verdadeira Inglaterra, que vibraram com a turbulenta história da liberdade inglesa desde os dias do seu crescimento rude e obstinado, para eles, também, a crônica do que aqui fizeram e a maneira de sua saída é uma coisa triste.

Em Kallandia o alto-comissário embarcou num Dakota da RAF que o levaria a Haifa. No momento da decolagem do avião foi a bandeira britânica arriada do mastro da Government House e em seu lugar hasteada uma bandeira... da Cruz Vermelha!

Ao mesmo tempo que saía o alto-comissário, eram retiradas de Jerusalém as últimas tropas britânicas que ali permaneciam, bem como mais de 6.000 funcionários civis britânicos. Dez minutos depois a Haganah já se encontrava nos escritórios e postos de controle abandonados pelos ingleses. E dentro de poucas horas, dominada a resistência árabe em vários pontos, já tinha a Haganah sob controle toda a Cidade Nova¹⁰¹.

Outros pontos iam também sendo rapidamente evacuados pelos britânicos. Pôde assim a Haganah, imediatamente após a saída dos antigos ocupantes, instalar-se na grande fortaleza policial de Beit Dagon, que dominava um importante entroncamento da rodovia Tel Aviv-Jerusalém. Todavia outra fortaleza policial. Iraque Suedan, mais ao sul (no entroncamento de uma estrada levando ao Neguev), foi entregue pelos britânicos aos árabes de mão beijada (só conseguiria a Haganah desalojá-los dali, à custa de grandes sacrifícios – a fortaleza receberia por isso o apelido de Monstro da Colina – em meados de julho).

O alto-comissário chegou em Haifa às 9 horas. Esperavam-no o prefeito judeu da cidade, Shabatai Levy, e poucas outras pessoas. Dez

minutos depois tomou um carro com o qual, em comboio militar, atravessou a cidade – quieta, população inteiramente desinteressada – dirigindo-se ao porto, onde foi recebido pelo comandante das “forças de ocupação”, general MacMillan. Após a execução do *God Save the King* passou em revista outra guarda de honra e tomou, às 10:05 horas, uma lancha que o conduziu até o porta-aviões *Ocean*; ali, como hóspede do contra-almirante Troubridge, aguardaria o momento de se transferir para bordo do cruzador *Eutyalus*, que se aprestava para zarpar rumo a Malta. Ao embarcar na lancha, lançando um rápido olhar ao céu impecavelmente azul, disse Cunningham (suas últimas palavras em solo palestinese): “Bom tempo para se ir embora”.

Em Tel Aviv, pouco antes do meio-dia, ficou pronto o texto revisto (reduzido de um quarto em sua extensão, inclusive eliminando-se a expressão “considerando”)¹⁰² da Declaração de Independência. Esta seria ainda submetida ao Conselho Nacional (convocado para se reunir antes da cerimônia de independência, no mesmo local), que aliás introduziria apenas alterações mínimas.

Às primeiras horas da tarde as polícias civil e militar isolaram o trecho do Rothschild Boulevard em que se encontrava o Museu de Arte de Tel Aviv. O jornalista inglês Jon Kimche, chegando naquela cidade vindo de Haifa (onde fora assistir à passagem do alto-comissário), descreve o aspecto da população: “As pessoas estavam todas vestidas com suas melhores roupas domingueiras – ou melhor, sabáticas. Seus rostos estavam iluminados e brilhantes. Estavam quietos, muito quietos, como se estivessem rezando em silêncio e agradecendo a Deus por sua misericórdia em permitir que vivessem para ver este dia”.

A sala do Museu achava-se repleta, com a presença inclusive de numerosos cinegrafistas e fotógrafos da imprensa. Os quadros habitualmente expostos naquele recinto haviam sido substituídos por obras de artistas judeus (Marc Chagall, Samuel Hirszenberg, Maurice Minkowski e outros). Um grande retrato de Herzl achava-se pendurado contra um fundo de tecido azul e branco, ladeado de ambos os lados por bandeiras azul-e-brancas com a estrela de Davi. Sob o retrato de Herzl, sentados à mesa, onze membros da Administração Nacional (dois achavam-se ausentes). Membros do Conselho Nacional (dez ausentes) sentados uns

¹⁰¹ Também participaram dessas operações unidades do Irgun e do Grupo Stern.

¹⁰² As modificações foram devidas principalmente a Ben-Gurion.

diante dos outros e formando um T com a mesa da Administração Nacional. Dispostos em semicírculo membros do Conselho Geral Sionista, prefeitos, líderes partidários, rabinos, escritores, artistas, diretores de jornais, oficiais da Haganah, representantes dos fundos nacionais e organizações econômicas, conselheiros municipais e outros convidados¹⁰³.

Às 16 horas em ponto – comenta o jornalista americano I. F. Stone que essa foi talvez a única reunião em toda a história do sionismo que começou na hora certa – Ben-Gurion (de terno azul e gravata, parte da indumentária que ele habitualmente desprezava) abriu a sessão. Ergueram-se todos e espontaneamente começaram a cantar a Hatikva. Disse então Ben-Gurion: “Vou ler-lhes agora o Pergaminho do Estabelecimento do Estado.”¹⁰⁴. Quando a meio caminho da leitura Ben-Gurion com voz vibrante proferiu as palavras “Nós por este meio proclamamos o estabelecimento do Estado Judeu na Palestina, que se chamará Medinat Yisrael” todo o auditório novamente se pôs de pé e prorrompeu em prolongados aplausos. Ben-Gurion prosseguiu com a leitura. Finda esta, disse: “Levantemo-nos para aceitar o Pergaminho do Estabelecimento do Estado Judeu”. Todos se levantaram permanecendo de pé alguns momentos. Novamente sentados, Ben-Gurion convidou o rabino Fishman a proferir a bênção. O velho rabino fê-lo com voz trêmula, embargada pela emoção: “Louvado seja Aquele que nos conservou e trouxe até este dia...”; responderam todos os presentes com um fervoroso “Amém”.

Leu depois Ben-Gurion uma Proclamação do Conselho Provisório do Estado revogando o White Paper de 1939 bem como as restrições relativas à imigração e à compra de terras¹⁰⁵. A Proclamação foi aprovada por aclamação.

Procedeu-se a seguir à assinatura da Declaração, começando por Ben-Gurion, os demais pela ordem alfabética hebraica. O último a apor sua assinatura foi Moshe Shertok, recém-chegado de New York. A Orquestra Filarmônica (localizada mais acima) executou a Hatikva. Acabado de soar o

¹⁰³ Entre os presentes achava-se o Dr. Isidor Schalit, veterano sionista, que fora secretário de Herzl e que hasteara em 1897, na Basileia, a primeira bandeira azul e branca. Radicado na Palestina desde 1938, veio a falecer em Tel Aviv em 1954.

¹⁰⁴ O texto integral da Declaração da Independência encontra-se em apêndice, ao fim do volume.

¹⁰⁵ O restante da legislação britânica continuava, pelo menos provisoriamente, em vigor.

último acorde do hino, declarou Ben-Gurion: “O Estado de Israel está estabelecido! Está encerrada a sessão!” Durara toda a cerimônia pouco mais de meia hora.

Do lado de fora uma multidão entusiástica rompera os cordões de isolamento aplaudindo as figuras conhecidas que iam saindo do Museu. Ben-Gurion, parando um instante ao lado de Jon Kimche, disse-lhe: “Você está vendo, nós o fizemos.”¹⁰⁶. As ruas de Tel Aviv estavam apinhadas de gente que acompanhara atentamente o desenrolar da cerimônia através de alto-falantes. Todos os jornais se associaram para lançar uma edição conjunta intitulada “Dia do Estado”, e os exemplares eram quase que arrancados das mãos dos jornaleiros. Saía também o primeiro número da *Gazeta Oficial* do governo provisório, contendo os textos da Declaração do Estabelecimento do Estado e da Proclamação. Das janelas abertas ouviam-se os rádios, sintonizados na Voz de Israel, tocando músicas populares. Um ambiente de festa e alegria dominava a cidade, muitos dançando na rua. Mas nos muros cartazes da Haganah lembravam – permitam-nos o aparente pleonismo – uma realidade mais realista:

O inimigo ameaça invadir-nos. Não devemos ignorar o perigo. Ele pode estar próximo. As forças de segurança estão tomando todas as medidas necessárias. A população inteira deve prestar sua máxima ajuda.

1. Devem ser escavados abrigos em todas as áreas residenciais e as ordens dos funcionários das Precauções Antiaéreas devem ser obedecidas.
2. Devem ser evitadas aglomerações em áreas abertas e vias públicas.
3. Todo o auxílio deve ser prestado aos comandantes das forças de segurança para a ereção de barreiras, fortificações, etc.

Nada de pânico. Nenhuma complacência.

Estejam alerta e disciplinados.

A Haganah

¹⁰⁶ A Zeev Sharef diria Ben-Gurion pouco depois: “Não sinto alegria em mim; apenas uma profunda ansiedade, como no 29 de novembro.”

Voltemos, pela derradeira vez, aos Estados Unidos. Em Washington, apenas 15 minutos após a expiração do Mandato¹⁰⁷, a assessoria do presidente Truman comunicava à imprensa o imediato reconhecimento de Israel pelos Estados Unidos. A notícia – realmente sensacional, consideradas as circunstâncias (acreditamos não existir qualquer outro caso de reconhecimento tão rápido) – foi trazida à Assembleia Geral das Nações Unidas (então votando a designação de um Mediador) por um repórter, ali estourando como uma bomba. Ninguém mais prestava atenção ao que se dizia na tribuna; discussões agitadas por toda parte, delegados abandonando seus lugares para procurar confirmação. A delegação americana completamente estupefata. Alberto Gonzalez Fernandez, da Colômbia, pede a palavra: “Gostaria de ser informado pela delegação dos Estados Unidos quanto à veracidade da informação divulgada na sala da imprensa concernente ao reconhecimento do Estado de Israel pelos Estados Unidos”. Um dos delegados americanos, Francis B. Sayre, desarvorado, responde: “Lamento não termos qualquer informação oficial”. Mas, instantes depois, o Dr. Jessup lia, sem comentários, a seguinte declaração do presidente Truman: “Este governo foi informado de que foi proclamado um Estado Judeu na Palestina, sendo o reconhecimento solicitado pelo seu governo provisório¹⁰⁸. O governo dos Estados Unidos reconheceu o governo provisório como a autoridade *de facto* do novo Estado de Israel”¹⁰⁹. Alguns minutos mais tarde, quase ao se encerrar a sessão, García-Granados anunciou oficialmente o reconhecimento de Israel pelo governo da Guatemala¹¹⁰. À noite, retornando de carro ao seu hotel, García-Granados viu, no alto de muitos edifícios de New York, “a bandeira azul e branca de Israel, com sua estrela de Davi, ondulando orgulhosamente”.

¹⁰⁷ Em Washington e New York eram então 6 horas da tarde.

¹⁰⁸ O reconhecimento fora solicitado, em nome do governo do novo Estado e através de carta dirigida ao secretário de Estado, por Eliahu Epstein (depois Elath), agente da Agência Judaica em Washington, a conselho de um dos assessores de Truman. É bem provável, contudo, que o pedido feito antes por Weizmann tenha influído sobre a decisão do presidente americano.

¹⁰⁹ O reconhecimento *de jure* do governo de Israel seria concedido pelos Estados Unidos em janeiro de 1949, poucos dias após a realização de eleições em Israel.

¹¹⁰ Após os Estados Unidos e Guatemala, seguiram-se, ainda no mês de maio, os reconhecimentos pelos seguintes países: URSS (dia 17); Polônia, Uruguai e Nicarágua (dia 18); Tchecoslováquia e Iugoslávia (19); e África do Sul (24).

Por volta de meia-noite, em ISRAEL. Uma flotilha da Marinha de Guerra Britânica – da qual fazem parte o *Ocean* e o *Euryalus* – começa às 23:30h a sair da baía de Haifa. Precisamente à meia-noite (pontualidade britânica até o fim) deixam as águas territoriais palestinas. Estava terminado o Mandato sobre a Palestina. Os exércitos regulares de cinco nações árabes ultimam seus preparativos para a invasão¹¹¹. Mas o que viria depois – a começar pela repulsão dos invasores (contrariando, aliás, a grande maioria das previsões, inclusive do marechal Montgomery, que declarou de público que os árabes lançariam os judeus no Mediterrâneo) e a consolidação do Estado –, isso já é outra história...

¹¹¹ Essas cinco nações eram: Iraque, Egito, Síria, Líbano e Transjordânia (depois Jordânia). A Arábia Saudita forneceria uma única companhia de soldados, enquanto que o Iêmen contribuiria apenas com declarações à imprensa.